

GIOVANNA CARVALHO DE OLIVEIRA

Da hospitalidade nos itinerários de imigrantes forçados e
refugiados no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para defesa como parte dos pré-requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional

Orientadora: Analice Palombini

Grupo de pesquisa: Travessias: narrações da diferença

Porto Alegre

2018

Nome: Giovanna Carvalho de Oliveira

Título: Da hospitalidade nos itinerários de imigrantes forçados e refugiados no Brasil

Orientadora

Profa. Dra. Analice de Palombini - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Banca examinadora

Profa. Dra. Jaqueline Tittoni – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Baptista – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rodrigo Lages e Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Pior que medo de alma do outro mundo
é o medo da alma do mundo do outro.*

Adélia Prado

No one is illegal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada ser humano que encontrei na vida, os quais ajudaram-me a construir a pessoa que sou.

Agradeço à minha orientadora, Analice Palombini, por acolher meu tema de pesquisa, pela escuta cuidadosa, pela leitura atenta das minhas palavras, pela paciência e sensibilidade com meus tempos de escrita.

Enfim, agradeço à minha família que me deu o referencial de ética, de indignação diante de injustiças e a capacidade de transitar pelo mundo em busca dos meus sonhos.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a todos que migram fugindo da guerra, da fome e de desastres naturais, com coragem e esperança de uma vida melhor e digna.

RESUMO

Esta pesquisa aborda o tema da imigração e refúgio no Brasil a partir do acompanhamento de itinerários de imigrantes forçados e refugiados, em sua maioria composta por haitianos e senegaleses instalados na cidade de Porto Alegre, no sul do país. Através do conceito de hospitalidade incondicional, de Jacques Derrida, interrogam-se as redes de apoio, os enlaces de amizades, bem como os nós, os impasses, os desafios e as dificuldades vividas no território brasileiro. Outros conceitos que tornaram-se importantes foram de experiência de Larrosa e Walter Benjamin; e vidas precárias de Judith Butler. Como opção metodológica, para transmissão de tais experiências nos itinerários, o gênero do ensaio emergiu como possibilidade.

Palavras-chaves: imigração, refúgio, Haiti, Senegal, hospitalidade

ABSTRACT

This research proposes to contribute to the discussion on the subject of immigration and refuge in Brazil. Following the itinerary of forced immigrants and refugees, most of them Haitians and Senegalese. Through Jacques Derrida's concept of unconditional hospitality, the support networks, the friendship bonds, the knots, the impasses, the challenges and the difficulties lived in the Brazilian territory are questioned. Other concepts that became important were from experience of Larrosa and Walter Benjamin; and precarious lives of Judith Butler. As a methodological option, for the transmission of such experiences on the itineraries, the genre of the essay emerged as a possibility.

Keywords: immigration, refuge, Haiti, Senegal, hospitality

SUMÁRIO

1	Uma estrangeira no país da academia.....	09
2	Narrativas e memórias.....	17
3	Acontecimentos.....	24
3.1	<i>Acontecimento crise imigratória global.....</i>	25
3.2	<i>Acontecimento mapear.....</i>	31
3.3	<i>Acontecimento A carne mais barata do mercado é a carne negra....</i>	15
3.4	<i>Acontecimento Senegal, Ser Negão, Ser Legal.....</i>	36
3.5	<i>Acontecimento a língua é minha pátria?.....</i>	39
3.6	<i>Acontecimento Da possibilidade de tecer redes de serviço.....</i>	50
3.7	<i>Acontecimento Amizade.....</i>	52
3.8	<i>Acontecimento passagens.....</i>	55
3.9	<i>Acontecimento Mon Amie.....</i>	56
3.10	<i>Acontecimento Dos que não ficaram.....</i>	65
4	Da hospitalidade nos itinerários de imigrantes forçados e refugiados	68
5	A montagem do método.....	71
6	Considerações finais ou as marcas que ficaram em mim.....	79
	Referências bibliográficas.....	81

1. Uma estrangeira no país da academia

... Ardendo em curiosidade, correu atrás do coelho através do campo e, por sorte, chegou justo a tempo de vê-lo mergulhar na abertura de uma grande toca, perto da cerca. Num instante Alice estava descendo também, sem se perguntar nem por um momento como faria depois para voltar... Cada vez caindo mais..., cada vez mais fundo... essa queda não pararia nunca? (CARROL, 1991, p. 2).

Era a última aula de teorias de grupos. Por algum motivo que não me recordo, inicia-se um debate sobre nossa formação na universidade pública e o compromisso social que daí advém. Um aluno posiciona-se: “– Eu vou montar minha clínica, trabalhar. Quando me aposentar, faço um trabalho voluntário”. Ainda sinto o choque e a indignação que essa frase causou-me.

Na minha caminhada, realizar o mestrado é parte do processo de construir-me humana-militante-psicóloga. Construção que nasce a cada dia da necessidade de desenvolver-ampliar-descartar-inventar dispositivos capazes de operar com situações da realidade, que contribuam para transformação social.

Decidi ser psicóloga por gostar do contato das relações humanas, por gostar de ouvir gente. Conclui minha graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo no ano de 2007. Depois do término da graduação, evitei o retorno à vida acadêmica. Hoje, revisito meu trabalho de conclusão de curso, o qual foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP¹. Nele, enxergo a marca do modelo cartesiano de fazer ciência ao quantificar as falas de pessoas entrevistadas em grandes blocos de temas, ao enquadrar realidades em esquemas teóricos. Costurei uma colcha de retalhos de citações, escondi-me atrás dela, atrás das vozes de outros autores, usei a comunicação para informar e não para dialogar com o vivido e transmitir as marcas produzidas em mim durante o próprio processo de pesquisar.

¹ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – é uma instituição pública de fomento à pesquisa acadêmica ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do estado de São Paulo.

Os tempos de graduação deixaram em minha memória a marca afetiva da academia como espaço hierarquizado e pouco acolhedor, espaço de centralizações de poderes e de conhecimentos voltados para a prática clínica individual, historicamente construídos para suprir a demanda da classe média e alta. Era um universo que não me pertencia, intimidava-me, provocando em meu corpo a sensação de ser intrusa. De ônibus, ao me aproximar do campus da universidade, caetaneava² a vida: “quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto. Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto. É que Narciso acha feio o que não é espelho” (Veloso, 1978).

O melhor que há, quando se não resolve um enigma, é sacudi-lo pela janela fora; foi o que eu fiz; lancei mão de uma toalha e enxotei essa outra borboleta preta, que me adejava no cérebro. Fiquei aliviado e fui dormir. Mas o sonho, que é uma fresta do espírito, deixou novamente entrar o bichinho, e aí fiquei eu a noite toda a cavar o mistério, sem explicá-lo (ASSIS, 1994, pág. 44).

Durante alguns anos, essa sensação de estranheira com a academia e as razões para esse acontecimento foram minhas borboletas pretas. Eu as enxotava, tentava ignorar, fingir que não enxergava, que não afetava minha construção como psicóloga, mas elas sempre estavam presentes. Porém, uma compreensão germinou e floresceu. Entrei na universidade pública quando não havia políticas de cotas, Programa Universidade para Todos – PROUNI ou SISU³, em uma época na qual a universidade era ainda mais inacessível à classe popular. Era como se todo o funcionamento, as pautas dos diretórios acadêmicos, os custos com materiais didáticos, a pouca efetivação de políticas assistência estudantil falassem que ali não era meu lugar.

²Expressão inspirada na música Sina, do cantor e compositor Djavan.

³Respectivamente: A lei das cotas, LEI nº 12.711/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. PROUNI: programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. SISU: sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Em uma genealogia particular, percebi os discursos que sustentam as diferenças de classes sociais produzindo em mim a sensação/ideia de ser incapaz e inadequada para ocupar o ensino superior. Ao olhar o passado universitário, compreendi que o desconforto sentido não era fruto da minha capacidade de fazer-me psicóloga e, sim, fruto de desigualdades sociais, da falta de representatividade dos diversos universos sociais que compõem a sociedade dentro daquele espaço: questão de classe social e de produção de movimentos de resistência a partir desta constatação.

Segui meu percurso de jovem formada com a questão: como fazer do meu diploma um instrumento a serviço da defesa de direitos humanos? Desejava ampliar meus horizontes para além dos conhecimentos voltados para a clínica individual que me foram apresentados durante a maior parte da graduação. Desejar é estar em processo, produzir processos, estar em jornadas. O desejo produz experiências.

Desejei e realizei o Programa de Residência em Saúde Mental Coletiva da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul – ESP/RS⁴, que me permitiu a vivência de múltiplas experiências. Em parte desse trajeto, reproduzi o que me foi ensinado na graduação, tentei evitar agenciamentos para a produção de novas subjetividades, tentei manter-me (in)formada, buscava manter o controle da situação traçando um caminho seguro e previsível, no qual poderia antecipar a resposta dos outros e evitar dúvidas, questionamentos, inseguranças e possibilidades de transformação. Para Larrosa (2002, p.21), a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Vivi intensamente o paradoxo entre desejar experiências e evitá-las em nome da ilusão de segurança e certeza.

⁴Residências de saúde são programas de pós-graduação em modalidade *lato sensu* que possuem uma carga horária superior a 5.000 horas de formação prática e teórica. Durante esse percurso, o residente insere-se em serviço do Sistema Único de Saúde por um período de dois anos com cooperação e orientação de trabalhadores desses espaços, além da vivência da pesquisa em saúde.

O primeiro semestre da residência foi realizado em São Lourenço do Sul-RS, município historicamente marcado pela defesa da luta antimanicomial. A abertura deste campo de prática compôs o movimento de descentralização do programa de residência integrada em saúde da ESP/RS. Nesta cidade, foram meus locais de prática o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I adulto e o CAPS infantil⁵. Em Porto Alegre, compus a Equipe de Saúde Mental Partenon/Lomba do Pinheiro, que prestava apoio matricial⁶ às equipes da Atenção Básica da região; participei da Equipe do CAPS I adulto – Cais Mental Centro; e fui acompanhante terapêutica no projeto “AT – Acompanhante Terapêutico”, no Hospital Psiquiátrico São Pedro. O projeto experimentava a clínica do acompanhamento terapêutico como ferramenta no processo de desinstitucionalização dos moradores do hospital. Apesar do Rio Grande do Sul ser o primeiro estado no Brasil a ter instituída sua lei da Reforma Psiquiátrica, Lei Estadual 9.716, de 07 de Agosto de 1992, o manicômio ainda segue ativo.

⁵Centro de Atenção Psicossocial – CAPS são “serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional, que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial, e são substitutivos ao modelo asilar” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-mental/acoes-e-programas-saude-mental/centro-de-atencao-psicossocial-caps>).

⁶Apoio matricial: é um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica compartilhada. A proposta tem como objetivo transformar a lógica de encaminhamentos, referências e contrarreferências, protocolos e centros de regulação. O matriciamento deve proporcionar a retaguarda especializada da assistência, suporte técnico-pedagógico, um vínculo interpessoal e o apoio institucional no processo de construção coletiva à população. Assim, se diferencia da supervisão, pois o matriciador pode participar ativamente do projeto terapêutico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saude-mental.pdf

Para além da educação formal, organizada por disciplinas e aulas, vivenciei o campo da saúde. Questões foram produzidas a partir da imersão na rede e nos territórios, busquei outros autores que geraram aberturas de sentidos: educação viva, trabalho vivo em ato (MERHY, 2002). Conversei com trabalhadores e usuários sobre conselhos de saúde, ouvidoria, direitos humanos, Reforma Psiquiátrica⁷. Participei de reuniões que tinham como proposta a articulação da rede de atenção psicossocial. Vivenciei o conceito de clínica ampliada (ONOCKO-CAMPOS E GAMA, 2006) ao pensar o cuidado em saúde mental dialogando com outros trabalhadores, sustentando no fazer do dia a dia o cuidado norteado pela integralidade. Fui acompanhante terapêutica e testemunhei a saída de uma moradora do hospital psiquiátrico São Pedro durante a abertura de um residencial terapêutico⁸.

Com essas experiências na mochila, decidi iniciar a viagem chamada mestrado e confrontar os fantasmas da minha graduação. Afinal, eu realmente teria algo a dizer? Poderiam as minhas experiências produzir conhecimento? Em meio ao modo hierárquico como somos acostumados a pensar, valorizando o saber teórico, qual seria o valor da minha experiência?

Com o processo da residência e durante o mestrado, aprendi a olhar alguns teóricos como amigos, realizando um exercício de conectá-los ao meu cotidiano. Larrosa (2002) trouxe-me a potência do conceito de experiência.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (p.19).

⁷Lei nº 10.216, de Abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

⁸Residencial Terapêutico “são casas localizadas no espaço urbano, constituídas para responder às necessidades de moradia de pessoas portadoras de transtornos mentais graves, institucionalizadas ou não” (BRASIL, 2004). Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>

Comecei a valorizar as minhas experiências, cuidá-las, aconchegá-las, trocá-las e semeá-las por aí, mesmo não sabendo bem para quem elas poderiam servir de porto, de inspiração ou de caminho a ser evitado. Questão de empatia e de inversão, pensamento simples: se aprendo escutando alguém narrar suas experiências, alguém também pode aprender ouvindo as minhas. Entendi que, através da experiência, o sujeito se expõe em busca de novas possibilidades.

Mas ainda persistia a sensação de não competência, a mesma existente no início da graduação. No encontro com Derrida, citado por Rodrigues (2013), deparei-me com o seguinte texto:

Pode-se afirmar que, de alguma forma, o pensamento da desconstrução se faz a partir da constatação dessa ausência de fundamento, a partir da constatação de que os discursos são tentativas de afirmação e apropriação da verdade cuja construção está intimamente associada à força. O fundamento se funda não porque seja sólido, mas porque é forte, porque é capaz de extrair sua legitimidade da força do discurso – falo-logo-fono-cêntrico (RODRIGUES, p.21).

(Re)Conheço o conceito de fono-falo-logocentrismo, intuitivamente. Tateando conceitos novos, começo a suspeitar que, além da questão de classe social, haveria uma questão de gênero.

Para sintetizar esse conjunto de desconstruções, Fernanda Bernardo se refere a “fono-falo-logocentrismo”, termo que aglutinaria fonocentrismo + falocentrismo + logocentrismo para, segundo ela, “designar o privilégio concedido, por um lado, pela filosofia ocidental à phone e ao logos, por outro, pela psicanálise freudiana à simbólica greco-freudiana do Phallus, e segundo a qual não existiria senão uma libido, que seria de essência masculina” (RODRIGUES, p. 27).

O filósofo afirma que a construção do sujeito clássico é baseada no tripé fono-falo-logos que deixou de fora mulheres, crianças, negros, índios e animais. Minha inadequação seria resultado de algo mais profundo e enraizado na cultura Ocidental? Ao feminino caberia a desconstrução do sujeito clássico?

Huxley (2010) tece uma crítica à vida intelectual. Para o escritor, a “vida consagrada à erudição, à pesquisa científica, à filosofia, à estética, à crítica” é atraente por sua facilidade. Seria troca dos movimentos desconcertantes da vida por simples esquemas intelectuais: “viver é muito mais difícil que o sânscrito, que a química ou que a economia política” (p. 416).

Contudo, encontro-me com trabalhos acadêmicos que se contrapõem a essa imagem da universidade apartada da vida cotidiana com seus desafios. É assim com a dissertação de Luciana Franco (2013), que escreve sobre a política de escrita dentro do trabalho de pesquisa. Sua reflexão tem como base a narração de cenas vividas durante o percurso da pesquisa. Segundo a autora, o que está escrito não é *sobre* o percurso, mas é, sim, o próprio percurso ou os encontros produzidos nele.

Eu precisava voltar à academia, desconstruir receios, pisar seu solo com a firmeza vinda do saber da experiência, dedicar-me à escrita e transmitir a polifonia de vozes proferidas e escutadas durante os encontros produzidos no percurso. Inspirada na estratégia de Franco, assumo a posição de que esta dissertação será feita de encontros: meu com a academia, meu com diferentes pessoas. Escrita-arte, escrita-encantamento, escrita-militante, escrita-incendiária, que tem como combustível minha indignação. Os ruídos do mundo me atravessam; traduzi-los também seria a função da escrita? Com o corpo aberto aos encontros do humano no mundo, circulo.

Mizoguchi (2016) retoma Jeanne-Marie Gagnebin ao afirmar o desejo de

tornar-se acadêmica não por uma risível soberba ou por uma assepsia já há muito caquética, mas por um esforço de ascese calma e cuidadosa junto à questão que lhe parece pertinente investigar. Ir e vir, decantar, desviar, suspeitar. Mais ainda: talvez fosse assim que se pudesse pôr a conceituação como arma vigorosa de uma academia feita a céu aberto e que não via possibilidades de separação entre o conhecimento e a vida (p.70).

Esta pesquisa se fez, portanto, em andanças pelas ruas, nas quais se impôs o meu encontro com os itinerários forçados de imigrantes. Com a mente povoada de perguntas, tratei de seguir suas pistas, seus rastros, acompanhando o fio da tessitura de suas redes de apoio, os enlaces de amizades, bem como os nós, os impasses, os desafios e as dificuldades vividas no território brasileiro. Nessas andanças, o conceito de hospitalidade se tornou bússola – e um orientador possível no desenvolvimento de políticas públicas para a questão migratória.

As linhas que seguem são a tentativa de transmissão da minha experiência ao ocupar o lugar de pesquisadora profundamente conectada com a vida.

2. Narrativas e memórias

Ao caminhar pela cidade, presto atenção na conversa entre dois brasileiros.

— Cultura é tudo, né? Diz o rapaz ao outro, que concorda.

Intrigada sobre o desfecho da conversa, sigo meus passos por um breve percurso.

— Vê esse pessoal do Haiti na rua? Eles falam francês, mas não têm cultura.

A trama urbana das cidades contemporâneas é constituída por fios diversos. A área central acolhe uma infinidade de personagens. Comerciantes, a maioria não regularizados, vendem suas mercadorias sobre as calçadas — são roupas, cds, perfumes, relógios. Eles fogem rapidamente quando veem a fiscalização da prefeitura (o aviso de que a mesma aproxima-se ocorre por sons, assobios). Num gesto rápido, produtos são recolhidos e desaparecem na multidão para ressurgirem dez minutos depois. Há os índios com seus artesanatos feitos de palha ou esculturas talhadas na madeira. Parecem viver em condições precárias. Estão no centro, com suas crianças quase sempre descalças e com roupas surradas. Há o desconhecido que revira lixeiras na busca incessante por material reciclável ou comida para sua sobrevivência. Há o pregador do fim do mundo, com uma bíblia na mão, anunciando o apocalipse caso pessoas do mesmo sexo continuem relacionando-se amorosa e sexualmente.

Entre prédios comerciais e residências, existem as ocupações urbanas que reivindicam o direito constitucional à moradia e a efetivação da política habitacional. Encontramos também os artistas de rua que cantam, tocam instrumentos, declamam poesias, interagem com a população. Há intervenções que questionam, denunciam, causam incômodo, vertigens, enjoos, indignações, desacomodam o olhar e o corpo de quem as acompanham. Outras, produzem alegria, encantamento, leveza, humor.

Alguns gritam oferecendo serviços: fotos, tatuagens, compra e venda de ouro. Outros pedem cigarro, encontros, desencontros. Na praça, artesãos vendem seus trabalhos, senhores conversam numa tarde quente enquanto têm os sapatos engraxados, crianças brincam nos balanços, alguns jovens tentam vender suas substâncias não-legalizadas, atentos ao olhar vigilante da polícia que pode abordá-los a qualquer instante.

A loucura também ocupa esse espaço, é possível presenciar algumas pessoas conversando em voz alta com uma presença não encarnada aos olhos dos demais. Com quem falam? Alguns comerciantes interagem, alguns acolhem esse que fala do lugar da desrazão, desafiando nossa racionalidade. À noite, moradores de rua organizam-se para dormir, a cama é feita por papelão, caixa, colchões surrados. Anônimos como tantos outros em sua singularidade, sua história de vida, mas visíveis diante do Estado e ações higienistas que têm como objetivo restringir a circulação de parte da população em determinadas áreas. Qual a história de cada um?

Nessa paisagem urbana, há um personagem novo: imigrante forçado-negro-refugiado. Muitas vezes, é visto vendendo mercadorias de modo informal nas ruas da capital e da região metropolitana de Porto Alegre. Diferente de turistas ou de estudantes em intercâmbio, eles fugiram de perseguições, desastres naturais e crises econômicas. Enxergaram o Brasil como uma possibilidade de reconstruir uma vida. Baptista (2009) nos dá pistas para pensar esse movimento migratório:

As cidades contemporâneas cumprem uma função prática e descartável para esse trabalhador da era da globalização: se não der certo, muda-se. A economia do mercado, ao diluir fronteiras, alterar mapas, exigir velocidade e pragmatismo, propõem-lhe a leveza dos andarilhos contemporâneos (pag. 25).

Diante da crise imigratória, a realidade da vinda de imigrantes forçados e refugiados para o Brasil é cada vez mais intensa. Mas, de fato, como o estrangeiro é recebido, circula, vive, desloca-se e se relaciona no Brasil? Nos itinerários das cidades, das instituições, das relações, é possível haver hospitalidade com estes imigrantes?

Tento ser empática, mas isso não é suficiente. É preciso interrogar minha responsabilidade nesta cena (Butler, 2015), é preciso que a angústia produzida pelo exercício de se imaginar imigrante seja transformada em ação. Mizoguchi (2016) relembra o diálogo entre Kublai Khan e Marco Polo, contado por Italo Calvino: “das cidades não aproveitamos as sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dão às nossas perguntas” (p. 16).

Volto às ruas da cidade. Baptista (2009) afirma que, “na contingência urbana dos encontros, nada está concluído, estável ou sereno” (pag 28). Compondo a arte do encontro com a diferença, forjando a cada dia o exercício de observar o cotidiano na cidade, percebi meu duplo estrangeirismo: estar num estado novo e não perceber, diante dos meus olhos, mundos que acontecem na rua, com quem está na rua. Assim, me fiz atenta aos detalhes, “às delicadezas do dia” (Brum, 2014). A realidade do cotidiano nas cidades é paradoxal, bela, dinâmica, solidária, abusiva, acolhedora, violenta, fluída. O espaço da rua pode ser potência de vida, de invenção, de coletivo. Rua com movimentos, cheiros, cores, sons, pessoas. Os versos “é a vida, é bonita e é bonita” e “tem piedade, oh Satã, desta longa miséria” são filhos da mesma realidade e caminham de mãos dadas no emaranhado urbano.

Na realidade paradoxal das cidades contemporâneas, busco tecer redes. Uma das redes é com a Associação dos Senegaleses de Porto Alegre. Fundada no ano de 2014 pelos próprios senegaleses, tem como missão dar apoio, orientar sobre direitos, proteger, preservar a cultura do país de origem e promover a integração dos imigrantes no estado do Rio Grande do Sul, além de defender a cultura de paz, combatendo o preconceito racial e a islamofobia⁹.

A outra rede é com um centro de apoio a imigrantes, cuja maioria é de haitianos. A proposta é oferecer o curso de português para quem chega e apoiar nas questões do dia a dia. O empoderamento da língua é o primeiro passo para a garantia de direitos.

⁹Disponível em: <https://www.facebook.com/adspoa/>

Começo a acompanhar histórias. A saga da vinda ao Brasil, as dificuldades com o português, a lembrança da família, a burocracia para revalidar o diploma, a preocupação com a permanência para quem entrou com o visto humanitário, o receio pelo futuro com as mudanças políticas do país. Imagino como foi a decisão de migrar, a escolha do que levar consigo, a despedida, a chegada em um país desconhecido.

Acompanhando itinerários, encontro a força e a esperança no futuro, encontro figuras de extrema hospitalidade capazes de hospedar este desconhecido dentro de sua casa sem nada perguntar. Encontro profissionais de saúde sem saber como atender as singularidades destes imigrantes. Encontro ausência de políticas públicas, encontro redes civis que se organizam para ajudar, encontro itinerários que passam pelo Brasil e seguem para Chile e Guiana Francesa. Encontro a Brigada Militar que matou um haitiano em crise de Saúde Mental, encontro notícias de racismo e xenofobia nos jornais, encontro o corpo de um senegalês que não pode ser enterrado fora de sua terra natal, encontro uma criança colombiana com dificuldades de se adaptar na escola, encontro a difícil passagem pelo inverno. Encontro e também faço parte do itinerário enquanto caminho pela cidade acompanhando a busca pelo emprego, traduzindo as possíveis palavras usadas em uma entrevista ou quando acompanho um haitiano recém-chegado até o curso de português. Encontro e me enxergo no olhar do estrangeiro que nos vê. — *Então, os índios são donos do país, o governo ajuda?* — perguntou uma haitiana, diante de índios vendendo artesanato. — *Como é possível matar alguém, confessar e ficar solto!*, — exclamou um senegalês, ao escutar uma notícia de jornal. “Me vejo no que vejo. Como entrar por meus olhos em um olho mais límpido. Me olha o que eu olho” (Monte, 1996).

Enfim, após o turbilhão de experiências com estrangeiros haitianos, senegaleses, brasileiros acolhedores, experiências de racismo e xenofobia, relações com serviços de saúde e da rede da assistência social, é chegado o momento de transmutar a experiência em escrita. No caos que me habitou durante essas passagens, tento encontrar um fio condutor para escrever o que transborda do e no meu corpo — marcas produzidas no pesquisador que dificilmente aparecem na escrita.

O processo é delicado e busco no personagem do narrador de Walter Benjamin (1987) um ponto de ancoragem para pensar a arte de narrar e a transmissão de conhecimento de pessoa a pessoa. Para Benjamin, o narrador transmite uma sabedoria a partir da experiência dele e de outras pessoas, porém, ele aponta uma crise da experiência, com a substituição da mesma por um excesso de informações já acompanhadas de explicações.

O senso prático é uma característica de quem narra, assim como a utilidade é uma característica da narrativa. “Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma da vida – de qualquer forma o narrador é um homem que sabe dar conselhos” (p. 199). Benjamin faz a diferença entre aconselhar e responder a uma pergunta. Para ele, o conselho diz mais de uma sugestão de continuação de uma história que está sendo narrada. Assim, o conselho é tecido a partir da experiência da existência e constitui-se em sabedoria. A fonte dos narradores é a experiência que passa de pessoa a pessoa e as melhores narrativas escritas são aquelas mais parecidas com histórias orais, que evita dar explicações, deixando o leitor livre para interpretar como quiser.

Porém, a figura do narrador não está mais presente entre nós, sendo a experiência da arte de narrar situações cotidianas algo em vias de extinção. “É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (p.128).

Inspirada em Benjamin, narro o que me aconteceu nos itinerários na tentativa que a escrita possa provocar reflexões, conexões com as experiências do leitor, aberturas de sentidos.

“Para os navegantes com desejo de vento e profundidade a memória é um ponto de partida” (GALEANO, 1994, p. 96). Assim, fui garimpando as cenas que me causaram mais comoção, as gratas surpresas pelas pequenas vitórias do dia a dia, como aprender uma nova palavra ou conseguir circular e pegar ônibus pela cidade. As histórias de violências na terra natal, as diferenças entre culturas que envolvem saúde mental e matrimônios, a saudade da família, as experiências de racismo no Brasil.

Reviver tais memórias é reeditar sentimentos, muitas vezes de impotência e indignação. As narrativas que seguem tentam dar ordem ao caos de sentimentos e sensações que invadiram-me ao acompanhar estrangeiros em terras brasileiras. Têm a utopia de dar passagem à polifonia de vozes desses imigrantes em situações tão radicais.

A sequência escolhida para as narrativas vai do contexto macro, ou seja, a imigração no nível internacional, no nível nacional e no nível municipal relacionada às redes de serviços na cidade; para o nível micro, das relações interpessoais e especificidades de cada situação que pude acompanhar. As histórias não se encerram, não há desfechos, mas, sim, a produção de desejos de futuro, múltiplos, instáveis, imprevisíveis nos itinerários que se tornam visíveis durante a narração das vivências.

Aqui, é necessário esclarecer alguns cuidados éticos ao escrever sobre sujeitos em situações tão singulares. Quando busquei tecer redes, apresentava-me como pesquisadora do programa de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dizia que estava interessada nas questões migratórias, algumas vezes interrogavam-me se eu realizaria uma entrevista, se aplicaria um questionário. A resposta sempre foi negativa; em contrapartida, dizia que escreveria sobre situações que vivenciasse com tais grupos, que o processo de escrita dessa dissertação teria como material disparador as minhas experiências com imigrantes. Dessa forma, estamos falando do meu olhar de brasileira, mulher, branca, estudante de pós-graduação, diante do cotidiano de imigrantes no Brasil. Não são verdades sobre sujeitos, nem suas falas propriamente ditas ou gravadas em entrevista com um roteiro de assuntos a serem abordados. Trata-se das minhas versões, reações e reflexões sobre situações vividas com estrangeiros no cotidiano da sociedade brasileira.

De qualquer forma, vale ressaltar que todas as histórias foram cuidadosamente escolhidas com o objetivo de interrogar a hospitalidade no itinerário desses imigrantes, ou seja, a real pergunta dessa dissertação é sobre nossa sociedade brasileira diante de condições precárias vivenciadas no país de origem que fizeram com que essas pessoas optassem pela imigração/refúgio e sobre a manutenção ou não de tais condições em solo brasileiro. Os nomes de pessoas são fictícios, nomes de locais ou bairros foram omitidos. A exceção é a minha experiência com a Associação de Senegaleses, pois esta divulga intensamente seu trabalho em diversos tipos de mídias, está ciente da minha escrita e é pioneira no trabalho no Rio Grande do Sul. No entanto, nenhum membro da Associação é identificado.

3. Acontecimentos

Derrida (2012) afirma que “um acontecimento supõe a surpresa, a exposição, o inantecipável”. O filósofo interroga: “dizer o acontecimento, é possível?” (p.232). O acontecimento é o que chega, para falar dele é preciso um “sim” anterior,” um “sim” antes da questão, um “sim” para a questão ser colocada, um “sim” ao outro, ao deixar-vir. O “sim” não diz o acontecimento, faz o acontecimento, constitui o acontecimento. É uma fala-acontecimento, é um dizer-acontecimento” (p.236).

Dizer o acontecimento é dizer o que chega, dizer o que é presentemente, dizer o que se passa, o que é, logo as coisas se apresentam. Porém, dizemos após o acontecimento.

Assim, para Derrida (2012) a linguagem tem sempre uma generalidade, uma certa repetitividade, ao mesmo tempo em que o acontecimento necessita sempre da singularidade.

Um dos traços do acontecimento não é somente que ele venha como o que é imprevisível, o que vem decifrar o curso ordinário da história, mas é também que ele é absolutamente singular. Ora, o dizer do acontecimento, o dizer de saber quanto ao acontecimento carece de certa forma *a priori*, desde a partida, a singularidade do acontecimento pelo simples fato que ele vem depois e que ele perde a singularidade em uma generalidade (p. 236).

O dizer intervém e interpreta o acontecimento. “De modo naturalmente não dito, não confessado, não declarado, faz-se passar um dizer” (p. 237). O filósofo afirma que dizer um acontecimento contém uma impossibilidade de dizer o acontecimento em si. “Essa experiência do impossível condiciona a acontecimentalidade do acontecimento. O que chega, como acontecimento, não deve chegar senão ali onde é impossível. Se era possível, se era previsível, é que aquilo não chega”. (p. 241)

Um im-possível que não é somente impossível, que não é somente o contrário do possível, que é também a condição ou a chance do possível. Um im-possível que é a própria experiência do possível. Para isso é preciso transformar o pensamento, ou a experiência, ou o dizer da experiência do possível ou do impossível (p. 244).

Por dizer “sim” ao acontecimento-imigrante-forçado-refugiado-negro e pela intensidade que contém esse “sim” à alteridade, adoto o termo acontecimento para narrar minhas experiências.

3.1 Acontecimento crise imigratória global

O Domingo estava chuvoso. A aula de Português para imigrantes estava cheia, tínhamos novos participantes haitianos. Ao apresentar-me, falo da minha dissertação sobre refugiados e imigrantes forçados. Alguns haitianos não reconhecem-se nesses termos: — Não sou refugiado nem imigrante forçado, você veio de São Paulo para estudar, eu vim para trabalhar, eu quis vir, não fui forçado.

Um menino sírio é encontrado nas praias da Turquia, morto por afogamento na tentativa de fugir da morte na guerra. Africanos são encontrados em praias europeias, mortos ao tentarem fugir de conflitos étnicos, fome e miséria. A Indonésia reboca um barco cheio de imigrantes para fora de suas águas. A posição do governo é direta, dura, inumana: “não é problema nosso”. Sentindo náuseas, leio a notícia de que, em um dos canais de Veneza, um refugiado morreu afogado enquanto turistas filmavam aos gritos de “volte para sua casa”, ninguém tendo feito absolutamente nada para seu salvamento.

O governo interino brasileiro rompeu com um acordo internacional pelo qual receberia refugiados sírios. O Reino Unido iniciou a construção de um muro em Calais para conter imigrantes. Notícias em várias mídias dão relatos da venda de imigrantes como escravos na Líbia. O Conselho de Segurança das Nações Unidas

considerou o acontecimento como “abuso hediondo dos direitos humanos que se constitui como crime contra humanidade”¹⁰.

O conflito armado na Colômbia entre o governo e o Exército de Libertação Nacional – LBN provocou a segunda maior crise de deslocamento forçado do mundo: 6,7 milhões de pessoas estão deslocadas dentro do país e um total de 360 mil colombianos são refugiados em outros países¹¹. A crise política e econômica na Venezuela também tem gerado o deslocamento de pessoas, no ano de 2018 já são 20 mil pedidos de refúgio no Brasil¹². Hoje, vivemos uma crise imigratória sem precedentes.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)¹³, no final de 2013 havia 51,2 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo como resultado de perseguição, conflitos, violência generalizada e violações dos direitos humanos. Destes, 16,7 milhões eram refugiados.

As Organizações das Nações Unidas, na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)¹⁴, definiram refugiado como aquela pessoa que:

...em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (pág. 2).

Em contrapartida:

Todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de se conformar às leis e regulamentos, assim como às medidas tomadas para a manutenção da ordem pública (pág. 4).

¹⁰Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-condena-traffic-migrantesescravizados-na-libia/>.

¹¹Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-pede-envolvimento-de-refugiados-e-deslocados-internos-nas-novas-negociacoes-de-paz-da-colombia/>

¹²Disponível em <https://nacoesunidas.org/chefe-de-agencia-da-onu-para-refugiados-chega-ao-brasil-crise-na-venezuela-esta-na-pauta/>

¹³Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/>

¹⁴Disponível em:

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1

A essa definição de refugiado, somam-se outros conceitos, outras definições, na tentativa de dar nome às experiências de deslocamento que se impõem. A apatridia refere-se à condição de um indivíduo que não é considerado como um nacional por nenhum Estado – o apátrida também pode ser um refugiado, mas são categorias diferentes. Deslocados internos são pessoas deslocadas dentro de seu próprio país. Reassentamento solidário em um terceiro país ocorre quando é negada proteção no país de acolhida e não é possível o repatriamento.

Pita (2016) ressalta que o “princípio da não devolução é a pedra angular da proteção internacional de refugiados, princípio estreitamente vinculado ao de gozar de uma série de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais” (p.7).

Mbembe (2017) aponta “um tempo de repovoamento e de globalização do mundo sob a égide do militarismo e do capital e, como derradeira consequência, um tempo que promove a saída da democracia (ou a sua inversão)” (pág. 21). O autor define nosso tempo com as seguintes características: estreitamento do mundo, repovoamento da Terra devido à oscilação demográfica, desenraizamento geográfico e cultural, deslocamento voluntário ou a implantação forçada de populações inteiras e territórios antes ocupados por povos autóctones. Segundo Mbembe, o capitalismo expandiu e interferiu na redistribuição das populações através de dois processos: a colonização e o tráfico negreiro. Para o autor, as democracias no Ocidente consolidaram-se a partir do domínio colonial de outras regiões. Por isso, seu principal medo é que a violência a qual os povos colonizados foram submetidos volte-se para os antigos colonizadores ocidentais.

Ao participar de um programa de televisão francês, a escritora senegalesa Fatou Diome (2016) respondeu ao repórter que defendia o fechamento das fronteiras europeias, afirmando que 40% da natalidade da França é garantida por imigrantes. Assim, em vez de colocar as supostas desvantagens da imigração, é preciso reconhecer as vantagens que tais imigrantes trazem ao país ao enriquecê-lo através da arrecadação de impostos. Ela aponta a falta de comoção da comunidade europeia diante das mortes daqueles que tentam a travessia pelo mar: “se fossem brancos, o mundo tremeria. São negros e árabes, se alguém quisesse salvar essas pessoas, alguém faria”.

Fatou seguiu acusando com indignação a estratégia da Europa de deixar esses imigrantes morrerem como forma de dissuasão. “Eu lhes digo uma coisa: isso não dissuade ninguém, aquele que parte para sobreviver, que considera que a vida que ele está deixando não vale, a força dessa pessoa é inimaginável. Porque ele não tem medo da morte”.

Ainda segundo a escritora, a Europa colocou-se na posição de possuir o “bom passaporte” e circular livremente pelos países. Porém, a globalização criou fluxos migratórios de populações pobres para a Europa, e isto é visto como uma ameaça. A escritora aponta todo o processo de colonização ao qual a África foi submetida, sendo que, hoje, o continente se desenvolve a uma taxa de 5% a 10% ao ano. Para ela, isso não é um desenvolvimento real e sim um superaquecimento da economia. Desse modo, relaciona o interesse da Europa em manter tal continente subdesenvolvido para controlar e lucrar com tal aquecimento. Nesse sentido, ela é taxativa: “nós seremos ricos juntos ou nos afogaremos juntos”.

Kundera (2017), em seu romance *A Insustentável Leveza do Ser*, poeticamente afirma:

O eterno retorno é uma ideia misteriosa e, com ela, Nietzsche pôs muitos filósofos em dificuldade: pensar que um dia tudo vai se repetir como foi vivido e que tal repetição ainda vai se repetir indefinidamente! O que significa esse mito insensato? O mito do eterno retorno afirma, por negação, que a vida que desaparece de uma vez por todas, que não volta mais, é semelhante a uma sombra, que não tem peso, está morta por antecipação, e por mais atroz, mais bela, mais esplêndida que seja, essa atrocidade, essa beleza, esse esplendor não têm o menor sentido. Essa vida é tão importante quanto uma guerra entre dois reinos africanos do século XIV, que não alterou em nada a face do mundo, embora trezentos mil negros tenham encontrado nela a morte depois de suplícios indescritíveis. Será que essa guerra entre dois reinos africanos do século XIV se modifica pelo fato de se repetir um número incalculável de vezes no eterno retorno? Sim: ela se tornará um bloco que se forma e perdura, e sua brutalidade não terá remissão (p. 10).

A partir da constatação do eterno retorno da repetição de fluxos migratórios, como alterar o destino daqueles que migram para fugir da morte e produzir sentidos que protejam e valorizem vidas que historicamente não são valorizadas? E qual nossa reação diante da dor dos outros? (SONTAG, 2003). Qual nossa capacidade de comoção diante da precariedade de algumas vidas?

O jovem Pateh Sabaly, 22 anos, refugiado da Gâmbia, chegara de barco na Itália havia dois anos. Incidentalmente, caiu no Canal Grande, em Veneza. Enquanto lutava para sobreviver ao afogamento, turistas filmavam e debochavam: “É um estúpido, ele tem que morrer” e “Volta pra casa!”.

Imagens produzidas através de fotos e vídeos sobre o drama dos refugiados circulam o mundo em diferentes mídias. São imagens de corpos, de travessias, do dia a dia incerto em algum campo de refugiado, é a tentativa de escapar de conflitos étnicos em países africanos ou da guerra na Síria. O que tais imagens podem desencadear de reações no outro? Qual o poder transformador da imagem do sofrimento humano? Esse poder é o mesmo para todo e qualquer ser humano?

Sontag (1988) afirma que as fotos são meios de tornar “real” (ou “mais real”) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar” (p.12). Para a autora, a fotografia teria a função de transmitir comoção. O sofrimento causado pela imagem deveria ter o objetivo de causar repugnância e um combate ou uma tomada de posição para a extinção de tal sofrimento humano.

Porém, parece que a imagem do sofrimento de algumas populações refugiadas não causa comoção na maior parte da população. Pelo contrário, em algumas situações, o sofrimento parece desencadear um certo prazer ou potencializar o desejo de eliminar este outro em situação tão vulnerável. Baptista (2009) relata a existência de um jogo de guerra chamado “Italiani Brava Gente”. O jogo constitui-se em triângulos coloridos como representação de embarcações albanesas. A vitória no jogo está relacionada a disparar com canhões na direção das embarcações e evitar que o desembarque ocorra, cada disparo vem acompanhado do som de mulheres e crianças desesperadas.

Qual o poder transformador da imagem do sofrimento humano? Busco em Butler (2015) respostas possíveis para essa pergunta. Para a autora, toda vida é precária. Afirmar tal precariedade implica reconhecer que a vida, para ser mantida, depende de se viver socialmente de forma inclusiva, igualitária, com políticas de habitação, saúde, trabalho. “É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver” (p.32).

Sobre o desejo de eliminar uma vida em situação precária, Butler (2015) escreve:

É claro, não se deduz daí que se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para sua sobrevivência e prosperidade. Pode ser, como Hegel e Klein apontam, cada um à sua maneira, que a apreensão da precariedade conduza a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las (p.15).

Vidas são precárias. Porém, há condições precárias, ou seja, há uma parcela da população exposta a condições sociais e econômicas deficientes, expostas a doenças, violações, violências, pobreza e deslocamentos, sem nenhuma proteção. Para Butler, o motivo para uma parcela da população estar exposta a tais situações e não causar uma intensa reação de comoção é uma questão de enquadramento. O enquadramento diz de modos de apreensão. Assim, teríamos dentro do enquadramento o que consideramos ser vida digna de ser vivida e protegida, e o que consideramos não ser vida, passível de destruição.

Na tentativa de ampliar o enquadramento do que é apreendido como vida, dada a crise migratória internacional, algumas organizações atuam incansavelmente na defesa de direitos e no salvamento de vidas. Médicos Sem Fronteiras – MSF é uma delas – “maior organização médico-humanitária não governamental do mundo, fundada em 1971, atua com o compromisso de levar ajuda às pessoas sem discriminação de etnia, religião ou convicção política” (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2017, s/p). Uma das ações desta organização é o resgate em alto-mar de pessoas que tentam chegar ao continente Europeu. Em 2016, equipes a bordo de três barcos resgataram 21.603 pessoas em mais de 200 operações no Mediterrâneo (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2017, s/p).

3.2 Acontecimento Mapear

A pergunta vem sempre quando menos se espera.

— *O que é gaúcho?*

— *Por que, Florence?*

— *Porque minha professora disse que é gaúcha, mas não é brasileira.*

Com o corpo aberto aos encontros do humano no mundo, decido mapear como o governo brasileiro gerencia a questão dos refugiados, as iniciativas civis e produção acadêmica sobre o assunto.

O Brasil é parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951. Esta consolida os direitos dos refugiados no âmbito internacional e estabelece padrões básicos para seu tratamento. O Brasil também é signatário da Declaração de Cartagena (1984)¹⁵, a qual adota a definição ampliada de refugiado, considerando a violação generalizada de direitos humanos como uma das causas de reconhecimento da condição de refugiado.

A Lei nº 9.474¹⁶, de Julho de 1997, define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, no Brasil, em conformidade, também, com a Declaração de Cartagena. Nela, refugiado é definido como aquele que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

O Brasil também é um dos 192 países com programas de reassentamento solidário. (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS, [20--])¹⁷. Criado pela lei nº 9474/97, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é o órgão encarregado de orientar e coordenar as ações necessárias à proteção, assistência, integração, apoio jurídico aos refugiados e analisar todas as solicitações de refúgio.

¹⁵Disponível em:

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1 Acesso em: 11 jun.2015

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm

¹⁷Disponível em: < <http://www.acnur.org>>. Acesso em: 11jun. 2015

Entende-se que a situação caótica instalada no Haiti, após terremoto de 2010, é uma violação generalizada de direitos humanos, sendo legítimo o movimento de seus cidadãos de procurar melhores condições de vida em outros locais. Porém, nem o governo brasileiro nem o ACNUR consideraram como refugiados aos haitianos que chegaram ao Brasil. Para solucionar tal questão e regularizar a situação destas pessoas, o governo emitiu o visto humanitário, através da Resolução normativa CNIG nº 97/2012 (DOU, 13.01.2012)¹⁸.

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art.18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país, em 12 de janeiro de 2010.

Em Maio de 2017, foi sancionada a Lei nº 13.445 ou chamada nova lei de imigração. Tal lei substitui o Estatuto do Estrangeiro, define direitos e deveres do migrante, regula a entrada e estada no Brasil e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para a imigração. Entre os princípios da lei, estão a garantia ao imigrante de condição de igualdade com os nacionais, inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e acesso aos serviços públicos de saúde e educação, e documentação que permite ingresso no mercado de trabalho e direito à previdência social.

Apesar do país já ser referência no acolhimento de refugiados, tal lei é considerada um avanço em relação ao Estatuto por não considerar o imigrante uma ameaça à segurança nacional. No Estatuto do Refugiado, o ente responsável por regular a entrada de refugiados era Polícia Federal. A lei nova garante que o migrante não seja preso, caso sua situação esteja irregular. Também garante que o estrangeiro não seja deportado ou repatriado se correr risco de morrer ou de sofrer ameaças à sua integridade pessoal ao retornar ao país de origem.

¹⁸Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=225206>.

Além da questão da segurança nacional, outros pontos são importantes ressaltar. A concessão de vistos temporários para acolhida humanitária foi institucionalizada com a nova lei. Atualmente, os vistos humanitários são provisórios e aplicados apenas a sírios e haitianos. Com a consolidação do visto, instabilidade institucional, conflito armado, calamidade de grande proporção, desastre ambiental ou grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário são situações para sua solicitação.

A respeito da manifestação política, a nova lei elimina a proibição da participação em atividades políticas por estrangeiros e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos, somente não prevendo o direito de voto, fato proibido pela Constituição.

Em 2012, Porto Alegre criou o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (COMIRAT), com o objetivo de produzir políticas públicas para refugiados, migrantes e apátridas (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS, [20--]).

Para trabalhar com as demandas geradas pelas imigrações e pelo refúgio, o Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE) – projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – oferece assessoria jurídica, psicológica e social a imigrantes, a refugiados e a solicitantes de refúgio.

Também há iniciativas da sociedade civil, quase sempre ligadas a instituições religiosas, que têm como objetivo realizar apoio social e ensino da língua portuguesa. Em Porto Alegre, dentre estas iniciativas, vale destacar a CIBAI Migrações, sediada na Igreja Pompeia, que se propõe a acolher e acompanhar os migrantes, auxiliar com a regularização de documentos, a inserção no mercado de trabalho e o ensino de português.

Outra iniciativa, com sede na cidade de São Paulo, é a da Ocupação Leila Khaled. O imóvel de onze andares era da Telesp, a antiga operadora de telefonia do Estado de São Paulo, e estava abandonado há quinze anos. Pelo direito de morar e pela ausência de uma política habitacional que respondesse à necessidade da população, quarenta famílias realizaram a ocupação do prédio e receberam vinte famílias de refugiados, cujas nacionalidades incluem palestinos, sírios e egípcios.

“Meu amigo refugiado” é um projeto do Migraflif, uma organização não-governamental sem fins lucrativos que tem como objetivo integrar refugiados e imigrantes social e economicamente. Neste projeto, também sediado na cidade de São Paulo, a entidade seleciona famílias brasileiras para acolherem refugiados durante o Natal.

A I Know My Rights – IKMR¹⁹ também é uma organização não governamental que tem como objetivo acolher, apoiar, proteger e prestar cuidados visando a integridade e a dignidade de crianças refugiadas.

O aumento do número de imigrantes forçados e refugiados é uma realidade no mundo e no Brasil. No entanto, a pesquisa acadêmica no país não condiz, ainda, com esse aumento. Em busca na base de dados da Scientific Electronic Library Online – Scielo, ao usar o descritor “refúgio”, foram encontrados 09 artigos; com o descritor “refugiados” foram encontrados 10 artigos. Apenas 01 artigo foi encontrado com a associação dos descritores “refugiado” e “psicologia”. Porém, este artigo relata a experiência do serviço de saúde mental do Canadá.

Ao acrescentar o descritor “imigrantes”, encontro dois artigos de Miriam Debieux Rosa: “A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política” (2009) e “Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a clínica do traumático” (2012). Ambos artigos tratam da questão da imigração e do refúgio e de seus efeitos relacionados à angústia, culpa, desorganizações subjetivas, abordando ainda a possibilidade de uma clínica do traumático à luz da psicanálise.

Feito o mapeamento, descubro, entre os estrangeiros que circulam por Porto Alegre e região metropolitana, duas origens distintas que se confundem: uns são senegaleses, outros haitianos.

3.3 Acontecimento A carne mais barata do mercado é a carne negra²⁰

¹⁹Site da organização: <http://www.ikmr.org.br/inicio/>

²⁰Música A carne, de Elza Soares.

Como já foi dito, o governo brasileiro é reconhecido internacionalmente por acolher refugiados. Mas de que maneira a sociedade brasileira reage à presença dos mesmos? Como o brasileiro recebe este acontecimento estrangeiro-refugiado-imigrante-forçado-negro? Tal acontecimento provoca rupturas nas representações identitárias da nossa sociedade? Somos capazes de hospitalidade com aquele que chega de fora?

Através do jornal fico a par de diversos fatos. Em Curitiba, uma senhora branca joga bananas em um vendedor ambulante do Senegal e o chama de macaco. Em Porto Alegre, um jovem haitiano sofre uma crise em saúde mental. Ao invés do SAMU intervir na situação, quem intervém é a polícia militar. A contenção da crise é feita por uma bala do revólver, o jovem haitiano que veio buscar outra vida no Brasil encontra a morte.

Há uma diferença entre a comoção (ou ausência dela) causada pelas notícias de jornal relatando violências sofridas por haitianos e senegaleses em território brasileiro e notícias relativas aos refugiados sírios. Em uma destas notícias, há grande comoção na vinda de uma família síria para Mato Grosso do Sul. A comunidade brasileira os recepcionou no aeroporto, foi realizada uma “vaquinha” para alugar um apartamento por um ano e montá-lo. A família era branca e o pai médico, profissão extremamente valorizada no contexto brasileiro. Por que a diferença de tratamento em relação a duas situações parecidas? Num caso e noutro, são seres humanos vivendo situações extremas, um foge da guerra, outro do desastre ambiental que levou o caos a um país já com inúmeros problemas. A diferença seria a cor da pele? O diploma? Os dois? Por que para um há hospitalidade extrema e para outro deseja-se fechar as fronteiras?

Retorno a Butler (2015) e ao seu conceito de vidas precárias para dizer de vidas que são dignas de serem precárias, cuidadas pelo Estado e, por consequência, dignas de serem vividas e passíveis de luto. Portanto, retomo e aprofundo a diferença entre reconhecer uma vida como precária e as condições precárias a que determinadas populações estão expostas.

Sujeitos são constituídos por meio de normas. São através dessas condições normativas que ocorre a capacidade epistemológica de apreender uma vida. Ou seja, nossa capacidade de discernir e nomear o ser do sujeito depende das normas que viabilizem o seu reconhecimento e seu enquadramento. Assim, esquemas normativos surgem e desaparecem conforme operações de poder. “Assim, há “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, pag. 17, 2015).

Segundo a filósofa, afirmar que uma vida é precária exige que a vida seja apreendida como vida, sendo a precariedade, obrigatoriamente, uma característica do que está vivo. Tal precariedade também se mostra ao constatarmos que uma vida pode ser lesada, perdida, destruída ou negligenciada. “Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (pág. 32). O reconhecimento da precariedade afirma que uma vida, para manter-se, necessita de condições sociais e políticas. Isso implica oferecer suporte básico de alimentação, abrigo, trabalho, cuidados médicos, educação, direito de ir e vir, direito de expressão, proteção contra maus tratos e contra a opressão. Em resumo, somos seres sociais que dependem do que está fora, das instituições e de ambientes sustentáveis.

Butler (2015) segue problematizando a questão do enquadramento e de como este funciona normativamente na apreensão e reconhecimento da vida.

Esses enquadramentos são atuantes em situações de prisão e tortura, mas também nas políticas de imigração, de acordo com as quais determinadas vidas são percebidas como vidas, ao passo que outras, embora aparentemente estejam vivas, não conseguem assumir uma forma percebível como tal. Formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção tendem a produzir versões icônicas de populações que são lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto (pág. 45).

Assim, aquelas vidas que não são apreendidas como vidas, cuja morte não é considerada lamentável, são obrigadas a suportar a condição precária. Condição essa induzida politicamente, expondo a fome, subempregos, privação de direitos, exposição à violência, à violações, à violência do Estado e à morte.

Sigo as pistas de Butler sobre vidas que valem ser protegidas e vidas cujo sofrimento não provoca comoção para compreender as diferentes reações de brasileiros na recepção e acolhimento de populações vindas do Haiti, Senegal e da Síria.

Butler (2015) também auxilia-nos a pensar a questão da responsabilidade. Ela afirma sermos constituídos pelos outros, o que, por consequência, impossibilitaria um sujeito ético totalmente racional e transparente. Nossa constituição se daria pela interpelação primária deste outro, vivenciada como invasão, da qual não temos controle ou nomeação. Trata-se da experiência primária do trauma, de que nos damos conta a partir de suas repetições. “Uma formação em passividade, portanto, constitui a pré-história do sujeito, que instaura um EU como objeto sobre o qual os outros atuam antes de qualquer possibilidade de sua própria atuação” (p. 116). Sempre estaremos vulneráveis a essas interpelações e a interpelar, algo impossível de controlar totalmente. Encontramo-nos numa susceptibilidade aos outros não desejada ou escolhida, em relação à qual nos tornamos responsáveis pelos outros. Estou ligada a este outro desconhecido numa ética das relações.

Dadas a comoção da sociedade no caso dos sírios e a ausência de comoção diante do sofrimento de haitianos e senegaleses, é fundamental realizarmos outra interrogação. Qual o papel da mídia para reações diferentes diante da dor de um ser humano e qual enquadramento de vida os meios de comunicação vêm ajudando a sustentar?

Gagnebin (2010, p. 241) afirma: “nada como o confronto com o outro (o outro sujeito, a outra língua, o outro povo e também o outro sexo) para, de repente, entender que o mesmo não se compreende por si mesmo”. O que esta reação diz de nós, humanos-brasileiros? Se o Brasil foi constituído por múltiplas imigrações, porque esta reação hoje? Qual miséria interior tentamos esconder deste estrangeiro que vem de fora e do estrangeiro que nos habita? De quais formas a presença deste estrangeiro desacomoda a existência do brasileiro?

Para Said (2003), que também é exilado, a situação do estrangeiro evidencia as características menos atraentes dos grupos exilados. O inverso parece ser verdadeiro. O estrangeiro negro, pobre, refugiado, surge como um espelho capaz de produzir materialidade ao refletir problemas históricos e enraizados da nossa sociedade, como o racismo e a desigualdade social.

3.4 Acontecimento Senegal, Ser Negão, Ser Legal²¹

Estava caminhando por uma rua próxima ao hospital Nossa Senhora da Conceição, quando um jovem negro vem em minha direção e me cumprimenta sorrindo. Sei que é estrangeiro, mas ainda não consigo distinguir se é haitiano ou senegalês.

— *Oi, nos conhecemos da Associação?*

— *Sim, associação. Você estudante da reunião. Eu trabalhar aqui.*

Ele me fala palavras breves sobre o trabalho e mostra com a mão o caminho que ainda precisa percorrer para chegar ao seu destino. Nos despedimos e permaneço com a sensação de que o encontro com alguém que não é imigrante como ele pode tornar-lhe a cidade mais familiar, mais acolhedora.

²¹Movimento criado por Cher, jovem senegalês morador de Caxias do Sul, para divulgação da cultura do Senegal e combate ao preconceito racial, xenofobia e islamofobia. O movimento inclui encontros culturais, jantares, exposições, palestras e confecções de camisetas e copos com a frase *Senegal, ser negão, ser legal*. Mais informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/Senegal-Ser-Neg%C3%A3o-Ser-Legal-758150887628188/>.

Utilizando o espaço da Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações – CIBAI²², a Associação dos Senegaleses de Porto Alegre se reúne uma vez ao mês. Nestas reuniões, são discutidos os principais problemas e desafios enfrentados pelos imigrantes no Brasil (falta de políticas públicas, dificuldades com a língua portuguesa, regulamentação da documentação, moradia, trabalho, acesso a serviços de saúde, violência e preconceito). É também nestas reuniões que ocorre a recepção e orientação de senegaleses recém-chegados ao Brasil. Assim como o planejamento de atividades culturais ou intervenções, caso algum senegalês necessite.

Busquei aproximar-me da Associação. Através de redes sociais, adicionei a página desta ao meu perfil de amigos, fiz contato por mensagem apresentando-me e explicando sobre meu interesse em conhecê-los. Responderam-me com o convite para participar das reuniões. Porém, o encontro foi desmarcado por causa de um evento religioso ligado à independência do país, evento comemorado no mesmo dia por toda a comunidade senegalesa, independente do país em que estejam. Também fui convidada a participar deste, mas não fui capaz de ir. Vivi o estranhamento que a inversão da situação produzia em mim: ali eu seria a estrangeira. E se eu não fosse bem recebida? Acaso haveria manifestações de hospitalidade comigo? E se se recusassem a falar comigo? E se não quisessem interagir? Era o desconhecido que se descortinava, na possibilidade do contato com esta alteridade na qual nem a língua materna é compartilhada. Senti perder meus pontos de referências para relacionar-me com o outro. Assim, lembrei de Gregory Bateson (1972 apud POLACK e SIVADON, 2013, p.30), que observa:

Os balineses são muito dependentes da orientação espacial. Para realizar qualquer coisa, eles precisam primeiramente situar os pontos cardeais; se um balinês é levado de carro por estradas sinuosas, de modo a perder seus pontos de referência, ele pode ficar seriamente desorientado e tornar-se incapaz de agir; um dançarino, por exemplo, não conseguirá mais dançar; para se recuperar, ele precisará encontrar um ponto de referência importante como, por exemplo, a montanha central da ilha, em relação ao qual ele possa restituir os pontos cardeais.

²²CIBAI migrações foi criado em 1958, pela igreja Pompéia. Tem como proposta acolher e acompanhar migrantes e imigrantes, auxiliando-os com a regularização de documentos, a inserção no mercado de trabalho e o ensino de português. Mais informações em: <https://missaopompeia.com/sobre/cibai/>.

Da mesma forma que, conforme Bateson, a localização espacial se faz crucial à organização dos balineses, a linguagem e a cultura são nossas coordenadas. Na falta dessas referências, recuei da aproximação com os senegaleses não comparecendo ao evento.

Ao dar o tempo necessário para tais sensações decantarem e serem elaboradas em mim, realizei nova tentativa de contato pela rede social. Penso que a realidade virtual foi importante mediador para criar um espaço de contato e aproximação possível para mim, evitando que tal experiência se transformasse numa ruptura radical com a alteridade.

Num domingo, na Igreja que cede o espaço para os encontros dos senegaleses, às 16 horas, aconteceu minha primeira ida à reunião da Associação. Ansiosa por ser a anfitriã brasileira, tentei aprender francês da forma mais rápida possível. E, no entanto, descobro o outro, descobro a língua *wolof*, descobro, pelo cumprimento “Salaam Aleikum”²³, que o Senegal é de maioria muçulmana. Muçulmano, negro, pobre, refugiado em um país racista. Experimentei a angústia tomar o meu corpo de assalto quando não consegui transformar os sons ouvidos em códigos da minha língua materna. Neste lugar sou estrangeira, é preciso um anfitrião para traduzir as falas. Escuto narrações de itinerários, de violência e racismo.

Todos foram educados, acolhedores e atenciosos. As conversas me foram traduzidas, queriam saber minha opinião sobre a realidade brasileira. Gagnebin (2010) cita a passagem de Odisseia, na qual o rei Menelau orienta reverenciar o estrangeiro e oferecer hospitalidade, pois assim é possível trocas e garantia de não agressão. Talvez naquele momento eu ocupasse a figura do estrangeiro que pode trazer o conhecimento de outra cultura.

²³“Que a paz esteja sobre vós” - é uma expressão de cumprimento utilizado pelos muçulmanos, que professam a fé islâmica.

Durante grande parte da reunião, o assunto foi sobre a violência e o preconceito que eles têm sofrido. Escutei afirmarem que só conheceram o que é racismo em solo brasileiro. Houve comentários sobre o episódio no qual atearam fogo em um senegalês que dormia na rua, em Santa Maria. Nesse momento, senti outro estranhamento produzir-se – estranhamento com o cuidado com as palavras ao comentarem sobre o acontecimento. Surgiram frases como “não estávamos lá, não podemos afirmar o que houve”, “não sabemos por que este senegalês estava na rua, senegalês de bem não fica na rua”. Interroguei sobre esta última afirmação. O povo senegalês tem uma forte ligação com sua comunidade e religião, os que não seguem este código ético religioso ficam sem o apoio das comunidades – foi o que me responderam. Explicam que foi assim que se formou uma rede solidária entre senegaleses no estado do Rio Grande do Sul. Segundo eles, ninguém chega a Porto Alegre sem conhecimento da Associação, e ninguém fica na rua. Novo estranhamento é provocado quando escuto as falas “não podemos votar, mas temos direitos como vocês”, “temos que respeitar a cultura de vocês”, “temos que ser como vocês”, sendo ditas nesta sequência.

Carignato, Rosa e Berta (2007) refletem sobre a concepção da identidade como construção imaginária de uma representação social. Faz parte deste processo a instituição do *ideal de eu*, sendo insígnias que marcam lugares e funções passíveis de serem ocupados.

O ideal do eu, embora fundado narcisicamente e pelo desejo do Outro, traduz-se pela possibilidade de produzir e buscar objetos fálicos e lugares que tomam a forma de ideais que orientam os laços com o Outro, os laços sociais, regidos pela ética de não se deixar ser agido pelo outro, mas sim sustentado pelo desejo e pelas identificações.

Carignato (2000 apud CARIGNATO, ROSA, BERTA, 2007) afirma que há duas formas do imigrante vivenciar o novo contexto cultural. A primeira seria expulsar de si as representações que o definem como diferente, adotando de forma acrítica os referentes simbólicos da nova cultura. “Temos que ser como vocês” – esta afirmação poderia representar o processo de assujeitamento à nossa cultura?

Porém, o mesmo autor também afirma que outra forma de lidar com a nova cultura é rejeitá-la, apegando-se à cultural ancestral. Adoção acrítica da nova cultura ou sua rejeição quase total. Diante das possibilidades, qual seria a função desempenhada pela Associação? Recorro a Amorim (2004, p. 40), a qual afirma que, “tratando-se de signo, caberá sempre indagar a dimensão enunciativa: ao sofrer uma transformação, por influência ou por imposição do outro, a quem se dirige esse objeto cultural transformado?”.

Saio desse encontro cheia de interrogações. Qual a função da minha presença numa reunião da Associação e como transpor este lugar para o fazer da pesquisa? Nesse meio-tempo, um grupo é criado no aplicativo Whatsapp, chamado Amigos dos Senegaleses. Chamou-me atenção o número reduzido de participantes. Este seria um analisador sobre os desafios e a implicação para integrar e apoiar o imigrante refugiado?

No segundo encontro, novas interações. Um senegalês contou-me que está no Brasil há dois anos. Viveu em São Paulo, Maringá, Curitiba, Caxias do Sul e Porto Alegre. Disse que aqui é o melhor lugar, onde tem mais trabalho e exerce a função de marceneiro. Outro, que chegou há seis meses, pareceu-me desconcertado ao seguir a atitude dos demais e me cumprimentar usando a mão. Em casa, pesquisando, descubro que o Islamismo orienta não cumprimentar as mulheres tocando-as.

Nesta segunda reunião, havia mais de cem imigrantes. Para todo senegalês que chega é feito um crachá de identificação da Associação. Uma documentação que os identifique é, para eles, de suma importância; sua falta expõe o imigrante a situações de violência. Nos dados fornecidos pela Associação, em 2016, a média de chegada a Porto Alegre era de vinte cinco senegaleses ao mês, demoravam por volta de três meses para conseguirem algum tipo de trabalho, moravam de forma coletiva e gastavam em média R\$500,00 ao mês. Os principais desafios elencados por eles são moradia e aprendizagem da língua portuguesa.

Se a documentação é condição para a segurança e a estabilidade do imigrante – “o homem só pode ver-se como entidade institucional” (CARIGNATO, ROSA, BERTA, 2007) –, trabalho e habitação lhe são estruturantes da existência (Sayad, 1988 apud CARIGNATO, ROSA, BERTA, 2007). O imigrante consegue permanecer no país se tiver trabalho e, para encontrar trabalho, precisa de alojamento. A habitação do imigrante é provisória, uma vez que a sociedade considera sua presença provisória. A habitação projeta a condição do imigrante da sociedade, o espaço social, político, cultural, psíquico, é limitado pela forma de morar (Sayad 1988 apud CARIGNATO, ROSA, BERTA, 2007).

Como fortalecer a Associação de modo integrado à sociedade sem a adoção acrítica da nova cultura? Existe o Fundo de Direitos Humanos que lança edital todos os anos. Este edital contempla ações de combate à violência institucional e à discriminação; entidades e pessoas físicas podem concorrer. Esta seria uma estratégia de fortalecimento? Conversamos sobre a possibilidade de concorrer a este edital propondo ações de cuidado e apoio ao imigrante, algo planejado e gerenciado pelos próprios. Colocando-me como intérprete das necessidades da Associação para a forma escrita, realizamos a confecção de uma proposta de projeto com apoio aos imigrantes e intervenções culturais. Mas a inscrição para concorrer ao edital não se concretizou pela demora na burocracia de regularizar a Associação oficialmente com um CNPJ.

Porém, na corda bamba entre preservar sua cultura e adaptar-se à nossa, a Associação criou ações de intervenções na cidade com financiamento próprio, tais como distribuir café da manhã para pessoas em situação de rua, campanhas estimulando a doação de sangue e eventos ligados a dias santos no Senegal.

A Associação também participou da formulação da proposta do Centro de Referência e Acolhida aos Imigrantes e Refugiados²⁴. Porém, o projeto não se concretizará. Anunciado em janeiro 2016, o espaço seria destinado para auxiliar no alojamento de imigrantes na capital gaúcha. Na época, seria inaugurado no segundo semestre do mesmo ano. No entanto, a secretária de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre explica que a decisão de não colocá-lo em funcionamento deve-se a mudança no perfil da população de refugiados²⁵. Finalmente, outro espaço de discussões, articulações e ações que a Associação vem ocupando é o Fórum de Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul²⁶.

Fui convidada novamente a participar de um desses eventos, acontecido no salão da Igreja Pompéia. O templo cristão acolhendo em seu espaço uma festa islâmica: seria índice de convivência com a diferença?

Músicas, tapetes coloridos para orações, uma divisão clara dos locais de circulação entre homens e mulheres senegalesas: os tapetes são para os homens, as cadeiras para os convidados, a cozinha cabe às mulheres. Como estrangeira à cultura e à religião, transito pelos dois espaços. Percebo que as mulheres têm menos domínio do português e assim torna-se mais difícil o contato. Nas paredes, cartazes explicando o dia santo, a libertação de Senegal da colonização francesa e a preocupação em afirmar que o Estado Islâmico não é Islamismo. Diante de fotos do grupo Estado Islâmico, era-me dito: *Percebe a posição deles no momento da oração? Vê a posição do sol? Não estão voltados para Meca, não são muçulmanos.*

²⁴Disponível em: <http://www.fgtas.rs.gov.br/centro-de-referencia-e-acolhida-aos-imigrantes-e-refugiados-sera-implantado-no-vida-centro-humanistico>

²⁵Disponível em: <http://www.poa24horas.com.br/abrigo-aos-imigrantes-e-ref/>

²⁶Disponível em: <https://forummobilidaders.wordpress.com/>

No momento do jantar, a comida era farta, diversos tipos de carnes, todas apimentadas e muitas frutas. As mulheres senegalesas serviam. À mesa, além dos homens senegaleses, “as estrangeiras brancas” e o empregador de alguns dos senegaleses. Entre comparações sobre a cultura de cada país, um dos homens mostra a foto de sua esposa no Senegal em frente à casa que estão construindo, fruto do seu trabalho aqui. “Mas procuro esposa brasileira”, diz ele, e o assunto poligamia entra na conversa. Explicam-me que, pelo Islamismo, um homem pode ter até sete mulheres, caso consiga mantê-las de forma digna. Quando a professora de português, “estrangeira branca”, requisitou o mesmo direito, um dos senegaleses pareceu chocado.

Foi também junto à Associação que acompanhei a história de Cheikh. Um jovem de 28 anos que vivia em Caxias do Sul. Segundo notícias do jornal, Cheikh e um colega de trabalho desentenderam-se por causa da venda de uma motocicleta. O colega de trabalho foi até a residência de Cheikh e disparou contra ele. Para a comunidade senegalesa foi um choque imenso, para nós certamente não teve a mesma intensidade. Talvez não estar na sua pátria potencialize a intensidade dos acontecimentos. Talvez tenhamos naturalizado a violência como parte do nosso cotidiano. Talvez as duas interpretações estejam corretas, de qualquer forma, não há necessidade de tomar partido por uma.

Logo após a notícia do assassinato, a pergunta que circulou entre os imigrantes foi: *como pode alguém matar, confessar e ser solto?* Ao explicar que a pessoa confessou, mas não tinha antecedentes, que dentro da lei brasileira há essas possibilidades, o que se seguia era uma expressão de indignação e incompreensão.

Com essa história, soube que o povo do Senegal é profundamente ligado à sua terra e que nenhum senegalês deve ser enterrado fora da sua pátria. Assim, o dinheiro necessário para o traslado do corpo foi arrecadado entre os próprios senegaleses.

3.5 Acontecimento a língua é minha pátria²⁷?

²⁷Afirmção contida na música Língua, de Caetano Veloso.

Decidimos descentralizar as aulas de português para um bairro na periferia da cidade por causa da demanda existente e pela dificuldade de deslocamento dos imigrantes. As aulas aconteceriam no mesmo espaço de uma igreja coordenada por um pastor haitiano. Ao saberem das aulas, alguns haitianos também compareceram para pedir orientações.

Certa vez, recebemos o pai e a filha adolescente. Pela dificuldade de locação de imóveis através de imobiliárias, o pai locou uma casa diretamente com o proprietário e pagou três meses de aluguel adiantado. Além de não respeitar o tempo de um mês, o proprietário pediu a casa e não queria devolver o valor pago adiantado, terminando por ameaçar fisicamente o pai e a filha adolescente.

Enquanto o senhor haitiano conversa com uma das coordenadoras, converso com a jovem.

— Como você está?

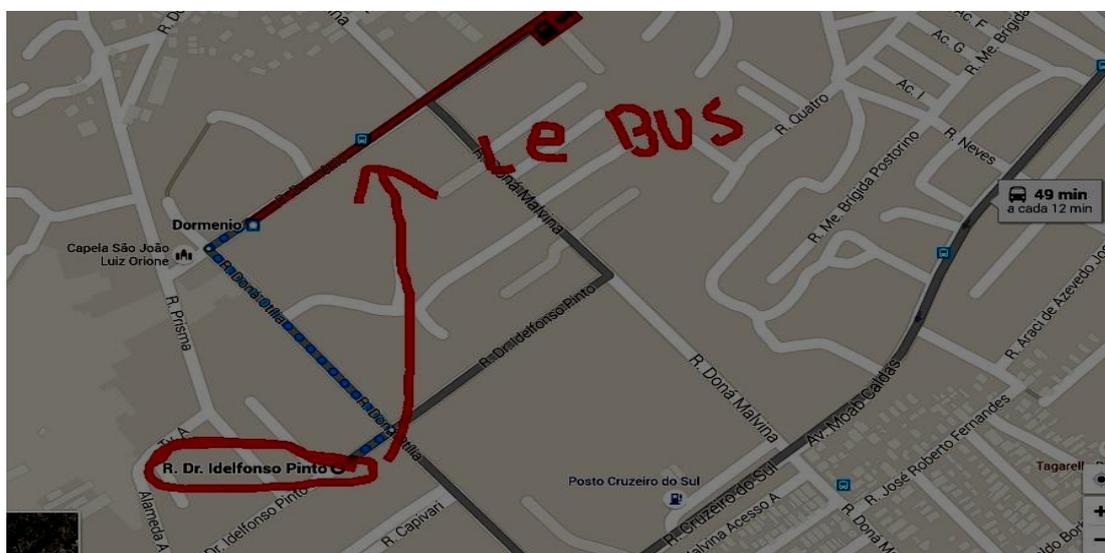
— Por fora, bem. Dentro, triste.

No projeto que tinha como objetivo ensinar a língua portuguesa a estrangeiros, no qual participei como voluntária, a maioria dos participantes era de nacionalidade haitiana, e os encontros ocorreram no espaço cedido por duas igrejas diferentes: uma coordenada por brasileiros e outra coordenada por um pastor haitiano.

Os encontros eram compostos de duas partes. A primeira era de acolhimento. Nesse, escutávamos como havia sido a semana.

Nos dois espaços a cena repetia-se: havia a presença maior de homens e menor de mulheres, que geralmente carregavam filhos pequenos nos braços. Os homens falavam o português melhor, as mulheres geralmente permaneciam em casa cuidando dos filhos. Nas apresentações de cada novato que chegava, o mesmo drama. A esperança de encontrar no Brasil oportunidades de crescimento. Com a ilusão desfeita, restava a tentativa de adaptar-se à língua, restava enfrentar o racismo, produzir estratégias de vida e pontos de ancoragem.

Houve um jovem haitiano, recém-chegado a Porto Alegre, que conheceu o curso de Português pela página de redes sociais. Ele entrou em contato, mas não conseguia ir ao nosso encontro, não se localizava o suficiente na cidade para isso. Das estratégias possíveis para promover sua chegada ao local, o acesso à internet, ao tradutor on-line e a aplicativos de comunicação foram essenciais.



Foram nos momentos das aulas que nos aproximamos mais da história de cada um. Através das histórias narradas, levantamos pontos prioritários que se repetem na vida de quem migra. São eles: criminalização do trabalho informal de comércio de mercadorias em espaços públicos e abordagens violentas por parte dos agentes de fiscalização; moradia em locais precários, muitas vezes com água racionada e dificuldade de acesso aos contratos com imobiliárias; situação de trabalho que não respeita as leis trabalhistas, com carga horária maior do que a prevista em lei e carteiras de trabalho retidas mesmo após assinadas; dificuldade na regulamentação e validação de certificados, diplomas, assim como o alto custo da tradução juramentada e inacessibilidade a serviços de saúde, envolvendo barreira linguística e falta de orientação de como o Sistema Único de Saúde funciona ou, ainda, dificuldade de acolhimento dessa população pelos serviços. Seria preciso que os serviços estivessem atentos para a questão do cuidado em saúde mental na situação do deslocamento forçado.

Dos momentos no curso de português, uma cena breve e singela marcou-me de modo profundo. Além de haitianos, acolhemos uma família colombiana, cujo filho estava com dificuldade de adaptação na escola. Na volta para casa, caminhamos até a estação no trem. Uma confusão e um encontro entre línguas e afetos: Brasil, Haiti, Colômbia juntos. Entre risos, muitos risos, cada um tenta compreender o outro. Apesar de a língua não ser a mesma, há afeto, há esperança na convivência pacífica entre culturas diferentes, há aposta no acolhimento, na hospitalidade e na responsabilidade de cuidado um com o outro pelo simples fato de habitar o mesmo planeta.

3.6 Acontecimento Da possibilidade de tecer redes de serviços

Nas andanças pela cidade, tive a experiência de testemunhar algumas demandas da rede de serviço da saúde e da assistência social para acolher essa população.

O refúgio e o visto humanitário dão aos imigrantes os mesmos direitos que os brasileiros possuem para terem acesso aos serviços de saúde e da assistência social. Porém, a língua e os costumes são desafios colocados para efetivação desse acesso.

Em determinado momento, fui solicitada para fazer o apoio à equipe de um abrigo da Assistência Social. A história era de uma haitiana que havia deixado seu marido e filha na terra natal para buscar melhores condições no Brasil. Ela havia realizado a maior parte do percurso pela América Latina e dentro do Brasil de ônibus. Pelo caminho, tem uma surpresa: estava grávida.

Ao chegar em Porto Alegre, tentou hospedar-se na residência de outros haitianos. Mas, por motivos que tanto a equipe da Assistência Social como eu desconhecemos, houve desentendimentos, e essa haitiana ficou sem lugar para residir. Dormindo cada dia em um local, grávida, sem trabalho, sem falar português ou francês, como prestar o auxílio necessário? Como pedir ajuda?

Essa é uma questão importante com que me deparei durante os encontros desse percurso: a língua crioulo. Muitas pessoas acreditam que todos os haitianos falam francês e crioulo, sendo este considerado um “dialeto”, algo como uma língua inferior, não-oficial. Porém, a realidade mostrou-se de outra forma. Vários haitianos falam somente o crioulo, esta é a língua mãe do país. Segundo a fala de alguns haitianos, o acesso ao idioma francês é para aqueles que têm melhores condições financeiras; em outras ocasiões, também ouvi a explicação de que não falar o francês é um ato de resistência à colonização francesa.

No caso dessa haitiana, ela sabia somente o crioulo. A comunidade, ao perceber seu drama, aciona o Centro de Referência da Assistência Social. Realizar um acompanhamento e comunicação foi tarefa hercúlea, somente possível com a ajuda de outra haitiana que já dominava a língua portuguesa.

Como a intervenção, a haitiana é acolhida em um abrigo. Iniciam-se as tentativas de comunicação, o ensino de algumas palavras, a tradução de gestos corporais.

Nas conversas minhas com as trabalhadoras do abrigo, surgem questões: *como trazer a família para o Brasil? O que é visto humanitário? Isso é igual a refugiado? Quando o bebê nascer é possível registrar com o nome do pai que ainda está no Haiti? Como trazer a família para cá?*

Também pergunto sobre a haitiana, seu convívio na casa, o acesso ao pré-natal, como está a aprendizagem do Português. Por experiência com outros haitianos ao ouvi-los dizer sobre a religião e sua importância, interrogo à equipe se ela tem uma religião e se tem conseguido frequentar algum culto.

Assim, realizamos alguns combinados. A educadora se ocuparia de ver a questão religiosa, eu iria ver os cursos de português disponíveis e faria contato com o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - GAIRE para ver todas as questões burocráticas envolvendo tal situação. Com a rede mais organizada em seus contatos, me retiro da situação. Fui ponte para permitir outros acessos.

3.7 Acontecimento Amizade

O fim de semana foi movimentado, os integrantes do grupo do Whatsapp comunicavam-se o tempo todo para dar suporte ao senegalês agredido que estava no pronto atendimento, em observação. Uma integrante do grupo destaca-se. Lúcia estava no pronto atendimento e acompanhou todo o processo de cuidado até a alta.

Lúcia, para mim, é a encarnação da hospitalidade. Mulher negra, mãe, tem jornada dupla entre casa e trabalho, é amiga de vários senegaleses na cidade. Conhecemo-nos pelo grupo do Whatsapp em um momento de crise de saúde mental de um senegalês.

Este envolveu-se em uma briga na comunidade em que residia. Ao ser levado para o pronto atendimento, surgiram várias versões para o ocorrido, e começamos a traçar estratégias de cuidado para este senegalês através do aplicativo. A associação senegalesa foi acionada, assim como o Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado – GAIRE, para realizar o acompanhamento da situação.

Lúcia tem sua versão para o acontecimento. Para ela, que conhece o senegalês, ele teria tido uma experiência com uso de alguma substância psicoativa por indução dos demais moradores brasileiros que dividiam o quarto com ele. Após alta, Lúcia o acolhe por alguns dias em sua casa e consegue outro espaço para ele residir.

Em outra situação, essa mesma mulher também acompanhou ao pronto atendimento outro senegalês, o qual mudava de humor bruscamente. A dificuldade com a língua por parte da equipe de saúde é intensa. Há uma confusão entre “ele está com dor de ouvido?” ou “ele está ouvindo vozes”? O impasse é resolvido quando outro senegalês que domina o português é chamado: “ele ouve vozes”, anunciou.

O choque entre culturas então se apresenta com força: a indicação da equipe de saúde é o acompanhamento que inclui a ingestão de medicamentos, ao passo que a indicação do senegalês é enviá-lo de volta ao Senegal. Ao conversar com este senegalês, compreendo que, para sua cultura, ouvir vozes são questões não resolvidas com os antepassados e somente podem ser curadas na presença da figura que, na sua terra natal, ensina o Alcorão. Após alta, Lúcia também acompanha este senegalês no território, ele fica um período em sua casa. Depois, na casa da mãe de Lúcia. Ela tenta fazer com que ele ingresse num tratamento em saúde mental. Mas, pelas conversas com essa mulher, percebo que a questão cultural da pátria de origem para interpretar o acontecimento “ouvir vozes” é o que prevaleceu e, novamente, com a ajuda da arrecadação de dinheiro entre a comunidade senegalesa, ele retornou ao país de origem.

Lúcia segue na sua rotina de ajuda e apoio, faz pontes com empregadores na busca por emprego, acompanha em entrevistas, orienta, hospeda em sua casa, acompanha hospitalizações. Acompanhou e apoiou, também, os imigrantes nos momentos de incerteza e aflição quanto ao seu destino neste país.

Com a antiga lei da imigração, um refugiado que estivesse no Brasil e precisasse viajar deveria pedir autorização à Polícia Federal. A mesma emitia um protocolo de autorização para sair e voltar ao país, válido para 90 dias. Porém, no dia 21 de Setembro de 2016, o Ministério da Justiça emitiu a nota informativa 09/2016. Nesta, havia a necessidade de estrangeiros portadores de protocolo de solicitação de refúgio requererem visto no país em que estavam em viagem para retornar ao Brasil. Com isso, refugiados que estavam em trânsito antes da nota informativa e regressaram, ficaram cinco dias detidos no Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP. Algumas reportagens publicadas na internet²⁹ relatavam que tais estrangeiros passaram esses dias em condições precárias, dormindo no chão e comendo pouquíssimas vezes por dia. Após pressão de diferentes setores da sociedade, a nota informativa foi revogada.

Com a repercussão da nota, alguns estrangeiros ficaram preocupados, sem conseguir compreender qual seriam as consequências desse ato em suas vidas. Fomos pontes para dar passagem às informações. Lúcia me acionou, eu acionei o GAIRE. Marquei uma reunião com uma das advogadas do grupo para levar as demandas dos imigrantes, tiro todas as dúvidas possíveis que foram levantadas em conversas com Lúcia. As orientações da advogada são taxativas: “avise para eles não saírem do país agora”. Ela se disponibiliza a ficar na retaguarda através do celular para qualquer dúvida que pudesse surgir durante o encontro com os imigrantes.

Vou para o território, usamos o espaço de uma escola pública, conversamos, trocamos experiências. No final, a sós com Lúcia, pergunto: o que te faz ser tão dedicada aos senegaleses e haitianos? *São os melhores amigos que já tive.*

Mizoguchi (2016) nos fala da relação entre amizade e cidade. O autor cita Deleuze, para quem a questão da amizade seria interior à filosofia.

A amizade. Por que se é amigo de alguém? Para mim, é uma questão de percepção. (...) Não o fato de ter ideais em comum. O que quer dizer “ter coisas em comum com alguém”? (...) Não é partir de ideias em comum, mas de uma linguagem em comum, ou de uma pré-linguagem em comum. (...) E não é pela comunhão de ideias. Há um mistério nisso.

²⁹Disponível em: <http://caminhosdorefugio.com.br/tag/ministerio-da-justica/>

Para buscar respostas possíveis à pergunta que coloquei à Lúcia, sigo as pistas deixadas por Mizoguchi (2016) quando o mesmo interroga: “O que essas amizades ajudam a fazer de nós mesmos? De novo: o que ajudamos a fazer de nós mesmos?” (p.28).

O autor de *Amizades Contemporâneas: inconclusas modulações de nós* (2016) afirma que o capitalismo produz modos de subjetivações nos quais o intenso vetor de individualização é uma barbárie do presente, formando sujeitos que só dizem eu, que se fecham em muros, que não suportam a fragilidade do humano sempre inacabado. A amizade de Lúcia com esses estrangeiros seria um modo de resistir a tal processo de subjetivação contemporânea, forjando outras possibilidades de estar coletivamente?

3.8 Acontecimento Passagens³⁰

Interrogando-me sobre a amizade, convido um amigo haitiano residente numa cidade da região metropolitana a visitar-me em Porto Alegre e conhecer o Parque da Redenção. Vou buscá-lo na estação do trem. No caminho até o parque, várias perguntas, e a língua ainda é um dificultador. Como você escolheu o Rio Grande do Sul? Você não conhece Porto Alegre? Você não passeia pela cidade onde mora?

Meu amigo escolheu essa cidade por um primo já residir lá. Chegou ao aeroporto Salgado Filho, pegou um táxi e, desde então, vive do trabalho para casa, da casa para o trabalho. A moradia é dividida com mais três haitianos. Ele trabalha num mercado, e a “diversão” é assistir novela e futebol para aprender o português. Não frequenta praças, cinemas ou barzinhos – a exceção é o curso de Português, quando coincide com a folga do trabalho.

³⁰Referência ao livro *Passagens*, de Walter Benjamin.

Chegamos à Redenção, o dia estava bonito, ensolarado. Sentados na grama, comendo bergamotas, meu amigo me pergunta sobre a crise política do país: *O que você pensa? O que acontece com a gente?* Percebemos semelhanças na situação do Brasil e do Haiti – crise política e histórico de corrupção no governo. Meu amigo conta da intervenção da ONU no país através de tropas brasileiras. “Como eles tratam os haitianos?” pergunto. *São soldados, soldados são feitos para a guerra, é outro jeito de pensar. Eles têm que colocar ordem. Os soldados da ONU e os soldados norte-americanos brigavam entre eles, até os norte-americanos saírem do país.* Ao ver um casal de namoradas, ele pergunta: *o que você pensa?* “Normal, acho normal”. Momento de estranhamento, conseguiremos ser amigos e conviver na diferença? Ele afirma saber que no Brasil é normal, mas no Haiti não é bem-visto, é *contra as leis de Deus*. Em seguida pergunto “mas, o que acontece com os casais de homens ou mulheres? São proibidos de ficarem juntos, apanham, são presos, mortos?”. Meu amigo parece estranhar a pergunta ou não compreender, repito-a com outras palavras. A resposta é simples, *não acontece nada, só não concordamos*.

Porém, através de relatos de outras pessoas, escuto que o Haiti é um país homofóbico e que há assassinatos e agressões por causa da orientação sexual das pessoas. Meu amigo desconhece a realidade do país que vive agora: Brasil, país que discute o projeto da “cura gay”, recordista em agressões e assassinatos com motivação homofóbica, que mais mata transexuais no mundo e que, recentemente, teve a população LGBT retirada das diretrizes da política de Direitos Humanos. Nessa questão, Brasil e Haiti parecem ter mais semelhanças que diferenças. Mas uma interrogação permanece: que fez meu amigo apresentar dessa forma a realidade do país? Será que ele tenta comportar-se como o estrangeiro ideal para ter garantido seu direito de permanência?

No meio da tarde, a ligação de uma amiga com o convite de almoçar na casa dela, que aceitamos. Meu amigo experimenta nos ajudar na cozinha, experiência não tão comum para o homem haitiano. Brinca com a bebê de minha amiga, responde às suas perguntas, mostra músicas e comidas típicas do Haiti pela internet, aprende a palavra “saudade”. Entre conversas e confusões com os idiomas, muitas risadas. Como fazer esse estrangeiro sentir-se de fato em casa? E não “como se estivesse em casa”.

3.9 Acontecimento Mon amie

Conheci Florence durante o curso de português. Uma haitiana linda, de 19 anos, sorridente. Havia chegado há cinco meses no Brasil, acompanhada do irmão, que a deixou aqui para buscar trabalho no Chile. A coordenadora do centro a acolheu em sua própria casa como “se fosse uma filha”, “como se estivesse em casa”. A família de Florence vendeu seus bens para enviá-la ao Brasil com a missão de estudar medicina. Imaginavam que isso seria mais fácil aqui e que ela voltaria para ajudar sua família.

Entrar em contato com a ausência de referências que Florence vive, imaginar a saudade que ela sente de casa, sensibilizou-me profundamente. Lembro-me das palavras de Brum (2014): “não sei se há desamparo maior do que alcançar a fronteira de um país distante, nessa solidão abissal. E pedir refúgio, essa palavra-conceito tão nobre, ao mesmo tempo tão delicada”. A vinda destas pessoas não foi desejada por elas, voltar não é uma possibilidade próxima. Conjugando a potência do presente e as lembranças do vivido, como transformar o lembrar em ato de “refazer, reconstruir e reelaborar as experiências vividas?” (Pollak apud Noal, 2014, p. 50).

No primeiro encontro, Florence está com dor de garganta. Percebo que ela não está bem e me ofereço para ir até a farmácia com ela. Sempre apostei que o circular pela cidade potencializa os encontros e promove falas, mesmo em idiomas diferentes. Pelo caminho, arrisco “je parle un petit peu du français”. Ela sorri, pega e entrelaça meu braço com o dela, assim vamos procurando o caminho da farmácia. Em seguida pergunto: Tu veux être medecin? Ela responde que sim e sorri mais, elogia minha pronúncia.

Minha preocupação em acompanhá-la à farmácia foi uma tentativa de cuidado dentro do turbilhão de sentimentos e situações que imagino que ela está passando. Compro própolis e chá. Voltamos à Igreja, fazemos o chá e o ofereço a Florence. A língua nos aproxima, o gesto cuidador nos aproxima. É um gesto de maternagem, talvez? Florence toma o chá e, depois de um tempo, sorri e me agradece.

Em relação à linguagem, é possível hospitalidade entre línguas diferentes? Para Levinas, a linguagem é a própria hospitalidade, pois é aí que as trocas e os acolhimentos se dão. Por outro lado, a hospitalidade absoluta, incondicional, seria aquela em que me abstenho de fazer perguntas (AMORIM, 2001).

Maturana (2009, p. 09) afirma que todas as atividades humanas surgiram como conversações, sendo a constituição humana sua existência no conversar. No seu entendimento, cultura é “uma rede fechada de conversações que constitui e define uma maneira de convivência humana como uma rede de coordenações de emoções e ações”. Para o autor, diferentes culturas “são redes distintas e fechadas, que realizam outras tantas maneiras diversas de viver o humano como variadas configurações de entrelaçamento do linguajar com o emocionar”. O acontecimento-hospitalidade transita nessas redes distintas e fechadas?

Durante a aula, ela escreve em um mapa o caminho percorrido: Haiti, Santo Domingo, Equador, Peru, Brasil, Acre, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santo Domingo, ela descreve como *um país perto do Haiti parecido com o Brasil, tem pessoas brancas que discriminam os haitianos*. Nesse processo de comunicação, o Google Tradutor nos ajuda.

Volto para casa e não consigo tirar Florence do pensamento. Como é sentir essa discriminação? Os sonhos de tornar-se médica, a dependência de pessoas estranhas que falam outra língua, o quanto a vida dela mudou em cinco meses, a responsabilidade de retornar para ajudar a família, quantos acontecimentos para uma pessoa sustentar. E será que consegui produzir um cuidado tentando falar a língua que ela domina? Será que o chá oferecido pôde gerar um pouco de calor na alma?

Converso com as coordenadoras sobre as aulas. Elas relatam outras histórias de mulheres haitianas. Segundo esses relatos, no Haiti, a mulher costuma trabalhar muito e ser submetida à cultura patriarcal e machista. O poder sobre o corpo feminino chega a tal ponto que, ainda segundo a fala das mulheres haitianas, é o homem quem decide se a mulher terá um filho ou não, caso engravide; a mulher também não tem acesso a serviços de saúde e métodos contraceptivos; o aborto é feito com uma mistura de ervas com cerveja.

Florence faz tentativas de inserir-se em um trabalho, mas tem dificuldade de adaptação nas vagas que encontra, como de serviços gerais, bem como dificuldades em entender as tarefas e em cumprir horários. A coordenadora do curso de português faz a mediação da situação, responsabiliza-se por ficar com Florence. Ela refere-se a Florence como “minha filha do coração”. No meio desta situação, a jovem haitiana permanece calada sobre seus sentimentos e sua vontade. Qual é a possibilidade de Florence falar em nome próprio no Brasil?

A coordenadora do curso relata que sempre que precisa deixar Florence sozinha para trabalhar, iniciam-se uma série de sintomas, são dores pelo corpo, mal-estares, choros. Então, passam a tarde em atendimentos e, depois de vários exames, constata-se que fisicamente Florence está bem. Como as dores emocionais podem manifestar-se?

Em uma aula, vamos para outra sala. Florence sabe que sou psicóloga e começa a contar sobre sua vida. Sua principal preocupação: trabalho. Deixou uma família com pai, mãe e irmão mais novo para tentar a vida aqui com o compromisso de enviar dinheiro e estudar. Florence é bonita, sua beleza chama a atenção e desperta uma preocupação: e se ela for assediada aqui? A vulnerabilidade a que toda mulher brasileira está exposta parece tomar outra proporção em relação à mulher estrangeira; ganha intensidade, concretude, evidencia nossas falhas, nossos problemas – assim como os casos de xenofobia que escancaram a sociedade racista e escravocrata que sempre fomos.

Florence fala do trabalho, dos sonhos de fazer Medicina. Diz que pensa em ir para os Estados Unidos para trabalhar e estudar. Não fala inglês e também não sabe como funciona o ensino superior lá. Repetiu várias vezes que está sozinha no Brasil, que não há ninguém por ela. E se não conseguir trabalho? *Não manda dinheiro para família e ainda fica presa no Brasil?* Florence pergunta para mim e para si própria, imaginando desfechos. Conclui: *Passagens de volta para o Haiti são muito caras.*

Conversamos sobre possibilidades. Ela começará a estudar à noite, está procurando trabalho. Há uma possibilidade concreta de ingressar na faculdade através da Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA, onde há processo seletivo pró Haiti³¹ e há vagas para Medicina. Mas para isso é preciso que Florence encontre lugar no território, afirme suas escolhas. Vejo a oportunidade de experimentar uma circulação pela cidade inspirada na clínica do Acompanhamento Terapêutico (AT). Palombini (2008, p. 17) define acompanhamento terapêutico como uma clínica em movimento,

na medida em que possibilita acompanhar o sujeito na sua circulação pela cidade, colocando-se como alternativa para a construção de um espaço transicional, uma zona de intermediação entre a referência institucional para esse sujeito e seu acesso à via e aos lugares públicos.

³¹Disponível em: <https://unila.edu.br/noticias/pro-haiti-5>

O referencial psicanalítico winnicotiano é importante para o manejo clínico no AT. Com base nele, Barretto (1998) descreve algumas funções importantes exercidas pelo acompanhante terapêutico (at). Entre elas, está a do *holding* – ou seja, “tudo que, no ambiente, fornecerá a uma pessoa a experiência de uma continuidade, de uma constância tanto física quanto psíquica” – e a continência, “capacidade – materna, de um analista ou de qualquer outra pessoa, de transformar através da imaginação, as experiências de um sujeito” (BARRETTO, 1998, p.60, 71).

Explico minha proposta para ela. Lágrimas escorrem sem parar, espero, olho, pergunto se lembrou de algo, e ela traz um elemento novo: tem medo de circular pela cidade, tem medo de ser assassinada como fizeram com o senegalês. Ela tenta explicar, *peças podem se matar na guerra, na discussão, pode morrer. No Brasil, mata sem motivo.*

No dia seguinte, ela desistiu de circular. O motivo é extremamente compreensível: ela precisava me conhecer e confiar em mim. Concordo e deixo um recado em seu Whatsapp dizendo que está tudo bem.

Sinto que a relação com o imigrante oscila entre hospitalidade e hostilidade, inclusive a relação entre Florence e quem a acolhe. Muitas vezes, ela é a adolescente haitiana que pode tudo por ser de outra cultura, outras vezes é a mulher “mázinha” que quer aproveitar-se da condição de estrangeira. Neste jogo de forças, fico como mediadora. Sei que Florence oscila de humor, como não poderia oscilar? Jovem, negra, sem dinheiro, estrangeira, num país racista. Seria estranho se não oscilasse, se não ficasse de mal humor, se não escancarasse nossas contradições. Mas, quem suporta dar contorno às suas oscilações e ver nesses atos nosso próprio reflexo? Gagnebin (2010, p.38) aponta que o estrangeiro pode ser um aliado ou inimigo: “hospitalidade e hostilidade são duas vertentes inseparáveis de uma mesma relação”. Este paradoxo está contido no radical latino *hostis*, do qual deriva a palavra hóspede. Portanto, o estrangeiro carregaria em si a ambivalência das relações humanas.

Penso na possibilidade de fazer furo e romper essa insegurança de Florence. Lembro-me de um vídeo no Youtube chamado “Materialidades na Imigração”. Neste, imigrantes senegaleses apresentam um objeto importante que os representa. Como dar materialidade à minha identidade que produzisse credibilidade? De fato, sou uma estrangeira. Decido levar minha carteira profissional do Conselho de Psicologia e entregar para Florence ver. Este é o ponto inicial, sou psicóloga. Se cobram tanto ao imigrante a documentação, nada mais justo que ofereça a Florence a minha documentação como prova de confiabilidade.

Nós nos encontramos no domingo seguinte. Florence se justifica: *Você sabe, tem mulher que gosta de homem, tem mulher que gosta de mulher. Brasileira chamou haitiana para limpar sua casa, disse para ela entrar no quarto e tirar toda a roupa, ela fugiu.* Neste momento, retomo nosso combinado, digo que ela está certa em querer me conhecer melhor e que poderia me conhecer a partir do documento que comprova quem sou e que minha profissão é ser psicóloga. Entrego a carteirinha, Florence examina e faz perguntas: *Você trabalha no Porto Alegre? Você visitar sua família?*

A carteira funciona, Florence aceita sair comigo. Pede ajuda para procurar trabalho. É através da busca pelo trabalho que consigo apresentar um pouco da cidade para ela.

Fomos ao SINE e agendamos algumas entrevistas, o emprego é para auxiliar de limpeza e empacotador. Terça-feira, encontramos-nos na estação do Mercado. Antes de irmos para a entrevista no espaço do próprio SINE, resolvo levar Florence à Casa de Cultura com o pretexto de termos um lugar para sentar e conversar sobre as entrevistas. A ideia era transitar com ela, fazer coisas prazerosas, aumentar seu vocabulário, promover uma adaptação, tornar a cidade mais familiar, habitável.

Explico que a Casa de Cultura era antes um hotel e que lá viveu um escritor. *Ele tem filhos? Não, por quê? Porque a casa é muito grande.*

Florence não sabe o que é entrevista de trabalho. Explico e fazemos um ensaio. Eu sou a entrevistadora: Oi, tudo bem? Qual é seu nome? Qual sua idade? Qual sua experiência? Quais suas qualidades? Idade, experiência, qualidades, palavras novas para Florence.

Chegando ao SINE, consigo entrar na sala de entrevista. Há duas entrevistadoras. O funcionamento é simples: pega-se uma ficha, preenche-se, coloca-se na mesa. A entrevistadora pega, chama pelo nome, faz algumas perguntas e pronto. Simples para quem tem o português como língua mãe, um desafio enorme para um estrangeiro.

Ela pega a ficha, preenche seu nome. Estado Civil? Florence para com a ponta da caneta nesta palavra e olha para mim, discretamente escrevo a resposta no meu caderno e ela copia para sua folha. Somos parceiras nesta cruzada. Seguindo o pensamento de Belloc (2010, p. 25), “longe da posição cínica do tornar-se parte para investigar, trata-se é de convocar a posição cúmplice, na qual é preciso deixar-se perder em parte na relação humana para poder, a partir do contato com a alteridade, construir o caminho investigativo”.

Terminado o preenchimento, coloca a folha sobre a mesa. Enquanto isso, presta atenção nas perguntas feitas aos outros candidatos. Chama-me de lado: *o que é documentação?* Mais uma palavra nova. Logo é chamada, responde a tudo e saímos pulando de felicidade – alguns olham de modo desaprovador para nossa alegria.

Circular com Florence desnaturaliza o olhar para o território. A pergunta vem sempre direta, dura, sem rodeios. *O que é gaúcho? Porque minha professora disse que é gaúcha, mas não é brasileira.* Essa parece engraçada. Mas e quando as perguntas são sobre feridas, contradições, problemas seculares, injustiças?

Não são brasileiros? Florence pergunta, olhando para os índios nas calçadas do centro da cidade. São índios, Florence. Eles já moravam aqui antes dos portugueses virem para o Brasil. *Hummm... então, Brasil é deles.* Sim, é deles. *Onde eles moram? Governo ajuda?* Bom, um pouco... talvez não... é difícil.

Como explicar e como olhar para as contradições da nossa sociedade? Índio, gaúcho, violência. Um senegalês foi assassinado em Caxias. Revolta, dor, sensação de insegurança e uma incompreensão: *como uma pessoa mata, assume que matou e não é presa?* É a pergunta que ecoa entre os imigrantes.

É segunda-feira de manhã, cai uma chuva fina e constante. Combino de encontrar Florence às 8 horas na estação do Mercado. Ela chega com atraso e seguimos para o SINE. Divido meu guarda-chuva com ela, o que cria uma proximidade física entre nós. Penso na possibilidade do gesto como cuidado para além das palavras. As palavras se tornam barreiras por não compartilharmos a mesma língua mãe? Ou por não termos o mesmo idioma materno, todos os outros gestos, que não as palavras, são potencializados, maximizados? Tanto os que envolvem cuidado como os que envolvem violências?

Ao chegarmos, uma fila imensa do lado de fora, até eu me sinto irritada com a confusão. Na mesma fila há pessoas que buscam vagas de trabalho, outras que têm entrevistas agendadas e outras ainda que vêm fazer a carteira de trabalho. Enfrentamos a fila, pegamos uma senha para a entrevista para empacotador de supermercado. Chamaram da senha 30 a 45, Florence está com a senha número 95. Meia hora depois, a entrevistadora diz que algumas vagas já foram preenchidas, dentre elas a de empacotador. Florence desiste de olhar outras vagas naquele dia. Compro um jornal para vermos classificados.

No caminho, cruzamos novamente pelos indígenas, e Florence de novo pergunta: *São todos índios? Onde moram? Onde fica as casas deles?* A questão indígena fica como interrogação, como contradição para ela, e, para mim, como uma gagueira, uma vergonha histórica com que convivemos dia a dia até chegar à naturalização, à banalização.

Olhando os classificados, surgem os empregos envolvendo prostituição: procuram-se garotas com mais de 18 anos, dançarinas, massagistas para massagens exóticas. Florence não compreende qual é a função, mas entende a proposta de um bom ganho de dinheiro. Pergunto se ela conhece a palavra prostituição. Não, não conhece. Explico, e ela afirma que no Haiti também há essa situação. Florence, quando você ver esses anúncios, com essas palavras, é esse o trabalho, é prostituição. Entendendo do que se trata, faz um pedido: *anota para mim no meu caderno essa palavra, se não vou esquecer.*

Depois, vamos a três agências de emprego. Qual a pretensão salarial? O quê? É quanto você quer ganhar. Novas palavras aprendidas. E a sensação de que as pessoas não têm empatia ou não querem facilitar a vida do imigrante. *Pretensão? Não tem palavra mais fácil para usar?*

A circulação dura duas semanas, Florence conseguiu trabalho como cuidadora de crianças. Segui seu caminho por mais alguns meses, até ela decidir mudar-se para outro estado. Falamos por redes sociais. Casou-se com um haitiano, teve uma filha e contou-me que deu meu nome a ela.

3.10 Acontecimento Dos que não ficaram

— *Você vai para o México?*

— *Vou para Pérou amanhã. Depois Equador, Colômbia, Panama e mas outro país, até chego Estados Unidos. Não consegui o visto, eu não tenho vontade de ficar mais aqui, estou obrigado ir assi.*

Ali é um haitiano de 34 anos. Está no Brasil há dois anos, trabalha muito e, quando possível, comparece às aulas de português. Percebe-se o carinho que tem pelo grupo. A assistente social que acompanha o projeto fez uma revisão em seu contrato de trabalho e evitou que ele trabalhasse mais sem receber pelas horas extras.

Ali parece ser tímido, é pequeno, magro, fala muito baixo e lentamente. Fui apresentada a ele como pesquisadora do projeto, e o mesmo interessou-se por um espaço de fala.

Domingo seguinte, Ali estava lá. Conta a sua história. Veio para o Brasil trabalhar, desejava fazer um curso de eletrotécnica para carros, algo que não há muito no Haiti, segundo ele – seria uma possibilidade de voltar e trabalhar em sua terra.

Fala de sua família, tem uma irmã mais nova. Ela sofreu um estupro coletivo, quase morreu, e os criminosos não foram responsabilizados. A família e a irmã foram à polícia, que a enviou para o hospital. Ele conta que, apesar de a irmã ter reconhecido os responsáveis por tal violência, a polícia não investigou e não responsabilizou tais pessoas. A irmã tem em Ali um ponto de apoio, não fala com os pais para poupá-los da dor da lembrança de ter sido violentada. Mas fala com o irmão, e suas palavras ficam martelando na cabeça dele. Ali diz querer esquecer, querer dormir, mas não consegue. A ideia que passa por sua cabeça é voltar ao Haiti para matar as três pessoas que violentaram sua irmã.

Durante o dia Ali trabalha. À noite, joga um jogo de futebol no celular até o sono chegar. Sente-se mal por não estar perto da irmã neste momento. Mas está presente pela palavra e pela escuta, por meio do Whatsapp, e pela ajuda ao pagar sua faculdade.

Como esquecer? Essa é a pergunta que fez para mim. Começo a pensar. Não, não é possível esquecer. Mas é possível aliviar a dor. *Matar faria esquecer?* Não. Mas você pode sentir raiva. Se você estivesse no Haiti, teria controle sobre o que aconteceu? *Não, não teria.* Ali conta que é um filho diferente dos outros, preocupa-se com os pais, manda dinheiro, ajuda a irmã. Fala dos seus planos, sobre a vontade de voltar. Quer fazer um curso e voltar. Mas não quer fazer faculdade.

Said (2001) escreve que a moderna cultura ocidental é obra de exilados, emigrantes e refugiados. Como exemplo, cita o pensamento acadêmico, intelectual e estético norte-americano, produzido por refugiados do nazismo e do comunismo. Apesar dessa produção, o exílio sempre significaria “uma fratura incurável entre o ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada” (p. 12). Sinto Ali em sua fratura incurável causada pelo terremoto, pelo estupro de sua irmã e pelo ato de migrar. Mas o que fazer depois disso? Ali veio para o Brasil tentar outra vida depois do terremoto. A irmã voltou a comer e a estudar depois do estupro. Como produzir estratégias de vida após esses acontecimentos?

Ele conta que estudou muito e que, no primeiro dia de trabalho como professor na universidade, o terremoto aconteceu. Diz que viu muita gente morrer. Hoje, ele não quer voltar a trabalhar na universidade, não quer seguir os estudos nem lecionar. Ali quer um trabalho que dê dinheiro para construir sua vida e ajudar sua família. Ele tem uma namorada no Haiti, que espera por ele. Começa a rir quando diz que os dois brigaram por ciúmes. Ciúmes de quem? *Dos dois! Se for estudar aqui, quero trazê-la para cá.*

Pergunto o que Ali costuma fazer durante a semana. *Trabalho, falo com a namorada, com a família e jogo videogame para me distrair.* Combinamos que ele seguiria se distraíndo, mas que teria aquele espaço sempre que quisesse e pudesse para conversar. No outro encontro, não pude comparecer por ter ficado gripada. Mas Ali foi e contou sua história para outros participantes. Terremoto, universidade, trauma, mortes, trabalho, namorada, filhos. Contar, lembrar, compartilhar, elaborar.

Porém, por erros dos fluxos burocráticos no CONARE, ele ainda não tinha sua permanência regularizada através do visto humanitário. Os mecanismos governamentais responsáveis por acolher e regularizar sua situação, produzindo hospitalidade, falharam. Ali não conseguia ter estabilidade nem concretizar a vinda da sua namorada. Cansado, decide partir em um itinerário arriscado: fazer a travessia a pé, da fronteira do México aos Estados Unidos.

Nossa despedida foi por Whatsapp. Desejo sorte, peço que mande notícias ao chegar (e será que chegará? Penso angustiada), peço desculpas pelo país não ter conseguido acolhê-lo. A despedida ocorreu no dia 24 de agosto de 2016. Desde então, não tive mais notícias de Ali.

Nenhuma das pessoas que conviviam com Ali conseguiu dissuadi-lo de deixar o Brasil e arriscar sua vida na travessia entre México e Estados Unidos. A ausência de hospitalidade é uma espécie de morte da qual é necessário tentar escapar?

4. Da hospitalidade nos itinerários de imigrantes forçados e refugiados

Ao circular pela cidade, entre grupos e com diferentes imigrantes ou ao ler notícias e legislações sobre a política de imigração brasileira, carreguei Derrida comigo: “é preciso que eu não esteja nem mesmo preparado para acolher para que haja verdadeiramente hospitalidade” (Derrida, 2012, p. 241).

Rodrigues (2013) afirma que Derrida desenvolveu o conceito de hospitalidade incondicional para pensar a eticidade nas relações. O incondicional é sempre um sim a quem chega atravessado pela alteridade.

É preciso que eu não esteja nem mesmo preparado para acolher para que haja verdadeiramente hospitalidade, e que não esteja em condições não somente de prever, mas de predefinir esse que vem; de perguntar a ele, como se faz na fronteira:” Qual é seu nome? Sua cidadania? De onde você vem? O que você vem fazer aqui? Você vai trabalhar?”. O hóspede absoluto é esse que chega para o qual não há nem mesmo horizonte de espera, esse que, como se diz, fura meu horizonte de espera ao passo que não estou preparado nem mesmo para receber aquele que vou receber. É isso a hospitalidade. A hospitalidade não consiste simplesmente em receber o que se é capaz de receber. Lévinas diz em algum lugar que o sujeito é um hóspede que deve acolher o infinito para além de sua capacidade de recepção. Acolher para além de sua capacidade de recepção: isso quer dizer que devo receber ou que recebo lá onde não posso receber, lá onde a vinda do outro me excede, parece maior que minha casa: ela vai colocar a desordem em minha casa, eu não posso prever se o outro vai se conduzir bem a minha casa, em minha cidade, em meu Estado, em minha nação. O que chega então não fará acontecimento senão ali onde não sou capaz de o acolher, onde eu o acolho, precisamente, lá onde eu não sou capaz disso. A chegada do que chega é o outro absoluto que cai sobre mim (DERRIDA, 2012, p.241)

Ainda segundo Rodrigues, ao trabalhar com a hospitalidade incondicional, Derrida quis se diferenciar do conceito de hospitalidade universal proposto por Kant. Para este, a hospitalidade universal exige condicionalidades baseadas no direito de pertencimento ao solo, à nação, ao Estado, ao espaço político e público, submetendo-a ao controle do poder estatal. A hospitalidade é pensada através do direito à propriedade, havendo sempre um déspota, um pai, um senhor que faz as leis da hospitalidade. A relação entre quem recebe e é recebido é assimétrica; quem recebe tem direitos sobre quem é recebido, e este último apresenta-se em dívida de hospitalidade, tendo que se comportar sempre como amigo. Assim, a hospitalidade resume-se ao direito de um estrangeiro não ser tratado com hostilidade, ao direito de visita e não ao direito de residência, este ficando submetido aos registros jurídicos, político, estatal e civil

Sobre a hospitalidade de Derrida e Kant, aqui surge uma questão importante: quando nosso governo emite visto humanitário para os haitianos com validade de cinco anos, ele está operando com o conceito de hospitalidade condicionada? Há o direito de visita, mas não de residência, que dependeria de como esse hóspede se comporta? Quando parte da população reage de forma xenofóbica e com agressões, não alcançamos nem mesmo o conceito de Kant de garantia de não agressão ao estrangeiro?

A nova lei de imigração é um passo à frente na direção da hospitalidade incondicional, uma vez que descriminaliza o imigrante em situação irregular, garantindo que ele não seja preso ou deportado, e institucionaliza o visto humanitário. Porém, ainda há restrições quanto ao tempo do visto, o direito de votar ou realizar concurso para alguns cargos públicos.

Nesse sentido, a hospitalidade incondicional carrega uma certa impossibilidade de ser traduzida em política, ao mesmo tempo em que, se não for incondicional, não é hospitalidade. Sempre associada à questão de justiça, ela tensiona os limites da hospitalidade com quem chega (Rodrigues, 2013).

Assim, é possível haver hospitalidade incondicional no acontecimento imigrante-forçado-negro-refugiado? Derrida (1977 apud GAGNEBIN, 2010, p.37) fala de uma utopia da hospitalidade que aceita quem chega sem exigir identificação por parte do estrangeiro. Ela “se daria ao outro antes dele se identificar, mesmo antes que pressuponham sujeito de direito, antes que possa ser chamado pelo seu nome próprio ou pelo seu nome de família” (RODRIGUES, p. 139, 2016).

A partir da relação entre hospitalidade, refúgio, linguagem e amizade, emerge outra questão: a hospitalidade é condição para acontecimento-amizade com o estrangeiro?

No tempo desses encontros e enquanto escrevo, a pergunta permanece: como traduzir a hospitalidade em política, em atos de cuidados com aquele que migra forçadamente? Um sorriso? Ensinar o português? Mediar a procura de trabalho? Transitar pela cidade? Ser ponte para a chegada até o curso de português? Articular redes de cuidado? Ocupar fóruns que pautam as questões da imigração?

Como utopia, a hospitalidade incondicional carrega a possibilidade de fazermos movimentos na direção de relações mais éticas, mais justas, mais igualitárias. Entendo que ter o conceito de hospitalidade como bússola nas nossas relações com o outro, com a alteridade, possui a potência de modificarmos e ampliarmos os enquadramentos do que é apreendido como vida ao reconhecer a precariedade da vida naquela parcela da população que é exposta diariamente à condições precárias.

5. A montagem do método

Durante o percurso desta pesquisa, fui testemunha de diversas cenas do cotidiano de imigrantes e refugiados em solo brasileiro. Cenas intensas que me interrogaram, que produziram alegrias, angústias, sentimento de impotência, de solidariedade, que fizeram emergir questionamentos sobre racismo, xenofobia e a suposta “cordialidade” da sociedade brasileira. Escolher o caminho metodológico que pudesse dar conta de tantas vivências tornou-se um desafio. Em meio a tantas experiências, diante de tantas possibilidades metodológicas, senti-me como Alice em seu encontro com o Gato, no País das Maravilhas.

O Gato apenas sorriu ao ver Alice. Parecia afável, pensou ela: mas como tinha garras muito longas e tantos dentes, sentiu que deveria tratá-lo com respeito. “Gatinho de Cheshire”, começou, muito timidamente, por não saber se ele gostaria desse tratamento: ele, porém, apenas alargou um pouco mais o sorriso. “Ótimo, até aqui está contente”, pensou Alice. E prosseguiu: “Você poderia me dizer, por favor, qual o caminho para sair daqui?” “Depende muito de onde você quer chegar”, disse o Gato. “Não me importa muito onde...” foi dizendo Alice. “Nesse caso não faz diferença por qual caminho você vá”, disse o Gato. “...desde que eu chegue a algum lugar”, acrescentou Alice, explicando. (CARROL, 1991, p. 15)

Qual método possível para traduzir a pluralidade da vida, dos processos e das relações produzidas nos itinerários? Assim como Alice, compreendi que não se tratava de definir um caminho com ponto de partida e chegada, mas de acompanhar caminhos possíveis e acolher as questões que surgissem sem saber o ponto de parada. Viagens, experiências, itinerários e uma não exigência de replicabilidade do método com a pretensão de validar conclusões obtidas. Como afirma Mizoguchi (2016), “o que aqui se quer fazer transcórrer e transmitir não é a certeza de um experimento, mas a irrequieta e incômoda passagem de uma experiência” (p.35).

Com a questão da transmissão da experiência, passei a perceber a metodologia como meio e a pensar não em um método único, mas na montagem de um percurso metodológico singular que pudesse transmitir a polifonia de vozes que emergiram desta pesquisa. Mizoguchi (2016) relembra Foucault ao dizer que, ao começar um trabalho de pesquisa, ele não sabia exatamente como fazê-lo, o método seria forjado a partir da questão singular e do pesquisador específico.

Em *Microfísica do Poder*, Foucault e Deleuze dialogam sobre os intelectuais e o poder. Eles trabalham a imagem da função da teoria como uma caixa de ferramentas.

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante. É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas. (Foucault, p. 42, 1984)

A imagem da caixa de ferramentas aparece também na obra de Wittgenstein (2009).

Pense nas ferramentas dentro de uma caixa de ferramentas: encontram-se aí um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de fenda, um metro, uma lata de cola-cola, pregos e parafusos. - Assim como são diferentes as funções desses objetos, são diferentes as funções das palavras (p.23).

Nesta obra, o autor discute a formação das palavras, de sistemas de comunicação, a utilização da linguagem e seus limites. Em um primeiro momento, para aprender a linguagem, não a explicaríamos, mas treinaríamos as pessoas na utilização das palavras. Neste treinamento, ocorreria a ligação entre a palavra e a coisa, segundo o autor.

Utilizo-me da inspiração produzida pela imagem da caixa de ferramenta para pensar as diferentes metodologias que compuseram meu percurso de pesquisa. Um primeiro efeito que a imagem-caixa produziu foi a inversão do modo de pensar o lugar do método na pesquisa. Ao definir meu tema, em um primeiro momento, tentei pensar como minhas experiências com o estrangeiro poderiam caber em um determinado esquema metodológico. Pensamento-armadilha que limita, endurece e empobrece a transmissão da experiência e suas intensidades, herança da ciência cartesiana, na qual o conhecimento somente é válido e reconhecido se quantificado e replicado.

Ao pensar a caixa de ferramentas, operei o deslocamento da função do método na minha pesquisa. Ele não é mais colocado a priori e sim como meio que possibilita conduzir a transmissão da experiência acontecida durante a pesquisa. Assim, a cada nova experiência, nova história, novos desafios, novos dilemas, muitas vezes envolvendo ausência de políticas públicas, falta de acesso a serviços, precariedade no território brasileiro ou violações de direitos, algo era desacomodado no processo de escrita para ser acolhido. Como encadear uma narrativa que envolve tantas vozes misturadas às minhas memórias e reflexões em diálogo com outros autores e teorias?

Adotando uma posição de liberdade metodológica, transitei por diferentes referenciais. Para não me perder durante o caminhar, fiz, dos objetivos da pesquisa, bússola que permitiu-me flexibilizar os caminhos, fazer paradas para apreciar a paisagem, recuar, dar voltas, mas sem perder a direção.

Porém, havia em mim a necessidade de buscar passagem para minha condição como pesquisadora e dar voz ao meu processo de entrega ao objeto pesquisado, de transmitir intensidades produzidas no percurso e nos encontros. Havia a necessidade de tensionar os limites da inteligibilidade da vivência. Neste sentido, apoiei-me nos escritos de Marília Amorim.

Como traduzir em palavras o olhar atento de pesquisadora que acompanha movimentos, se afeta e se transforma no processo? Como me relacionar com a alteridade no percurso da pesquisa?

A autora define alteridade como o outro que é o interlocutor do pesquisador, “aquele a quem se dirige em situação de campo e de quem se fala em seu texto” (p. 22). Na leitura dos escritos de Amorim (2004), encontro-me com as ideias de Bakhtin. São dele os conceitos de dialogismo ou polifonia que a autora utiliza para discutir a alteridade nas Ciências Humanas. Fazer emergir as vozes dos encontros produzidos na pesquisa, dar visibilidade, dialogar com elas e tentar traduzi-las para a escrita, numa utopia da tradução. Ato destinado ao fracasso, no qual se produz conhecimento ao fracassar. Spindler e Spindler (apud Amorim, 2001, p. 35) afirmam que todo trabalho de pesquisa seria uma tradução de algo estranho para algo familiar, sendo muitas vezes necessária a construção do estranhamento.

Assim, atribuímos à alteridade uma dimensão de estranheza porque não se trata do simples reconhecimento de uma diferença, mas de um verdadeiro distanciamento: perplexidade, interrogação, em suma, suspensão da evidência. A atividade da pesquisa torna-se então uma espécie de exílio deliberado onde a tentativa é de ser hóspede e anfitrião ao mesmo tempo (Amorim, p. 26, 2001).

Quais os sentidos produzidos a partir das experiências nos itinerários realizados por pessoas que migram em situações tão singulares e radicais? Quais os impactos dessa migração na sociedade e nas políticas públicas brasileiras? Enquanto pesquisadora, como relaciono-me com essas questões e como traduzo essa relação para a escrita?

Amorim (2004) afirma que os gregos utilizavam três figuras míticas para compreender, relacionar-se e dar inteligibilidade ao acontecimento da alteridade. Para a autora, alteridade seria um denominador comum no universo grego e no universo de pesquisa.

Górgonas são monstros de aspectos feminino em cuja cabeça, no lugar de cabelos, cresciam serpentes e que possuíam a capacidade de transformar em pedra as pessoas que olhassem diretamente em seus olhos. “A máscara monstruosa de Górgona traduz a alteridade extrema. É o horror daquilo que é absolutamente outro, o indizível, o impensável, o puro caos” (p. 51). Nesta figura monstruosa, as características se misturam e se confundem: velho e jovem, masculino e feminino, humano e bestial, causando uma confusão. Imagem que causa o terror, mas também o fascínio. A face de Górgona é o horror da alteridade radical. Na pesquisa, essa figura é toda experiência de alteridade absoluta que ultrapassa a possibilidade de representação. Pelo pavor ou fascínio, “pelo fato de ser tão radicalmente outro que rompe com todos os dispositivos de percepção do pesquisador”. (p. 57).

De aparição súbita e efêmera, apresentando-se sob a máscara do estrangeiro, Dionísio é a alteridade próxima, a experiência que nos retira do cotidiano, produzindo estranhamento. Representa o que nos desenraiza da experiência do comum. Para a autora, este deus se utiliza do disfarce, da máscara, da embriaguez, do jogo, do transe para produzir estranhamento, impondo-nos ou ensinando-nos a tornarmo-nos outro (Amorim, 2004).

De sua parte, Dionísio, corresponderia à alteridade que não se dá como resultado de um trabalho teórico-conceitual, mas através da experiência interior vivida na situação de pesquisa. Tal qual estrangeiro familiar, se imporia a mim como ressonância subjetiva. Ali onde o outro me altera e deixa seu rastro, pode se produzir um saber da alteridade que não é necessariamente reconhecido pelo pesquisador e portanto não é objetivável num discurso científico. A alteridade dionisíaca presente na atividade de pesquisa só pode ser reconhecida por aquele que a experimenta em seus efeitos mais violentos (p.56).

A terceira figura é Ártemis, a divindade bárbara que funda a polis grega, representando a capacidade da cultura de integrar o que lhe é estrangeiro. Para Amorim (2004, pág. 53), na atividade de pesquisa, Ártemis é “alteridade que se consegue elaborar, representar, traduzir”, a parte que se submete ao trabalho de conceitualização.

Identificada com a figura de Dionísio na pesquisa, busquei iniciar meu percurso entregando-me ao contato com o campo. Nesta viagem ao país do outro (Amorim, 2004), tudo compõe meu itinerário na tentativa de traduzir a experiência com a alteridade: pensamentos, experiências, sensações corporais, imaginação, narrativas, escutas, notícias de jornais, cenas presenciadas na cidade. Como criar distância da figura dionisíaca, identificar-me com Ártemis e traduzir experiências em escrita? Esse foi o segundo desafio da pesquisa.

Sobre tradução e alteridade, Amorim (2004) cita Silvana Borutti ao definir a tradução como uma operação de deslocamento simbólico, sendo concernente ao conhecimento, conceitos, sujeitos ou à ontologia, no caso de línguas e culturas distantes. Para Amorim, traduzir é permanecer na diferença entre seu próprio sistema simbólico e a alteridade. Assim, traduzir seria sustentar um estado de suspensão, numa dinâmica de alternância entre o dentro e o fora e da abertura ao outro, fundamental na produção de conhecimento (Amorim, 2004).

Na discussão sobre a alteridade, Amorim acrescenta o conceito de *diferendo*, que seria onde a diferença se torna conflito.

O diferendo entre duas partes não pode ser resolvido porque não há regras de julgamento que seja aplicável aos pontos de vista em conflito. O regulamento está formulado no idioma de uma das partes e o prejuízo ou a injustiça sofrida pelo outro não podem ser significados nesse idioma. O reclamante, nesse caso, torna-se vítima uma vez que está desprovido dos meios de argumentar. O diferendo se assinala pela impossibilidade de provar e portanto por um silêncio (AMORIM, 2004, p.57).

Porém, a autora aponta para os limites da tradução, uma vez que as significações são construções culturais que guardam a memória dos textos e contextos em que ocorreram. Da mesma forma, por habitar radicalmente a própria língua, estaríamos impossibilitados de construir um ponto de vista metalinguístico. Para a autora, a única possibilidade de confrontação entre dois sistemas “é de ordem pragmática: escolhemos, criando um equilíbrio pragmático entre nossa herança e o que os sentidos nos fornecem” (p.47).

Seguindo sua discussão sobre a pesquisa, Amorim trabalha duas ideias próximas: alteridade e diferença. Assim, a diferença seria o quê, da experiência com a alteridade, permite ser reproduzido na escrita. O que da experiência com Dionísio permanece em Ártemis?

Apoiada pelos escritos de Amorim, fui tecendo meu método, consciente da utopia de transcrever a alteridade experienciada na relação com o objeto de pesquisa. Assim, também me apoiei em Mizoguchi (2016) quando este compara o pesquisar ao viajar.

A tarefa do pesquisador viajante (...) é a tentativa de uma produção ininterrupta de estrangeiridade: o incômodo de quem, quase dentro e quase fora das linhas de força e dois códigos do território a ser investigado, pode estranhar o que ali e então é engegrado – ou seja, estranhar a si mesmo e ao mundo (MIZOGUCHI, 2016 p.43)

Com todos esses elementos, comecei a pensar o modo de encadear na escrita tantas cenas vividas em diálogo com os efeitos produzidos em mim. Assim, o ensaio emerge como possibilidade. Larrosa (2004) afirma que o ensaio possui um movimento duplo: do ensaiar e do ensaiar-se, que envolveria a leitura, a escrita e a elaboração entre experiência, subjetividade e pluralidade. Assim, nomeia o ensaio como a linguagem da experiência, “como uma linguagem que modula de um modo particular a relação entre experiência e pensamento, entre experiência e subjetividade, e entre experiência e pluralidade” (pag. 31).

Para Larrosa (2004), o ensaio é a forma não regulada da escrita, semelhandando-se mais com uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade, um modo de habitar o mundo, um modo experimental do pensamento e da escrita que pretende ser pensante e pensativa, uma escrita que não renuncia a constante reflexão sobre si.

O ensaio emerge quando há uma possibilidade de experiência no presente, quando o passado perdeu a autoridade e quando o futuro aparece como incerto e desconhecido, quando o presente encarna um tempo arbitrário e provisório. Através do ensaio a escrita estabelece relação com o presente, evidenciando o sujeito moderno em sua precariedade e relatividade. “O ensaio, então, não é mais a expressão de um sujeito, mas o lugar no qual a subjetividade ensaia a si mesma, experimenta a si mesma, em relação à sua própria exterioridade, àquilo que lhe é estranho” (p.37), renunciando à segurança da teoria.

Mizoguchi (2016) afirma que ensaiar é inquirir e ignorar, sendo que regimes de servidão proíbem tais movimentos ou os restringem à clandestinidade, fazendo prevalecer um discurso sem falhas e o mais seguro possível. A oposição do ensaio estaria em seu caráter de inquirir e ignorar, de ensaiar e experimentar a si mesmo.

Em cada ensaio dirigido à realidade externa, experimenta-se, ao fim e ao cabo, o vigor e a insuficiência do si: “eis o aspecto reflexivo, a vertente subjetiva do ensaio, em que a consciência de si desperta como uma nova instância do indivíduo, instância que julga a atividade do julgamento, que observa a capacidade do observador” (p. 63).

Em outro texto, Larrosa (2003) escreve sobre o ensaio com gênero híbrido, subjetivo, em suas relações com a escrita acadêmica. O autor cita Adorno para afirmar que a lei profunda do ensaio é a heresia, a infração à ortodoxia. Sendo um gênero impuro, liberto, o ensaio borra fronteiras entre ciência, conhecimento, objetividade, racionalidade, imaginação, subjetividade e irracionalidade, colocando em dúvida e problematizando o próprio método.

Assim, ao pensar meu próprio processo no percurso do mestrado, minhas experiências com imigrantes e minha experiência com a escrita, nomeio minha escrita de ensaio.

6. Considerações finais ou as marcas que ficaram em mim

Narro o que me aconteceu nos itinerários de forma que a escrita possa provocar reflexões, conexões com as experiências do leitor, aberturas de sentidos.

Comecei esta dissertação com a imagem da queda de Alice, interrogando-me por quanto tempo cairia ou aonde chegaria através desse mergulho no universo da academia. Sinto que a queda é infinita, constituída de movimentos que nos lançam em novas quedas de encontro ou/e ao encontro do outro, com o desconhecido, com a produção do estranhamento do cotidiano que tem a potência de provocar desnaturalizações e produção de novas e múltiplas respostas e questões.

Escrevo essa parte final e também constato a imagem da pesquisa como viagem. Para Mizoguchi (2016), a empreitada da viagem já é difícil de saída, pois viajar não seria simplesmente atravessar um espaço, seria também modificar e ser modificado por ele. “A responsabilidade do pesquisador que se põe na condição de tal estilo viajante multiplica-se, pois ele já não o faz na tranquila condição de um observador científico – necessariamente distanciado do objeto, impassível a contágios e contaminações no processo de pesquisa (p. 53).

É assim que me sinto neste instante: contagiada, transformada. Mais uma vez, sinto-me Alice.

Como tudo está tão estranho hoje! E ontem as coisas estavam tão normais! O que será que mudou à noite? Deixe-me ver: eu era a mesma quando acordei de manhã? Tenho a impressão de ter me sentido um pouco diferente. Mas se eu não sou a mesma, a próxima questão é “Quem sou eu?” Ah! esta é a grande confusão! (Carroll, 1991, p. 8).

Minha visão sobre Islamismo transformou-se quando tive contato com a Associação dos Senegaleses e consegui constatar o posicionamento dos muçulmanos em relação ao Estado Islâmico, por exemplo. Em contrapartida, imagino que, de algum modo, transformei algo na vida de Florence – é o que me faz pensar o fato de que ela tenha colocado meu nome em sua filha. Por ter passado por tais experiências, a responsabilidade de narrá-las torna-se maior. Narrá-las em primeira pessoa, narrá-las assumindo a posição de que não há neutralidade no processo de pesquisa, de que essa dissertação assume a posição de defesa da ética nas relações, de defesa da convivência com/na diferença, da defesa de políticas públicas que acolham imigrantes e refugiados com base nos direitos humanos, norteadas pela utopia de atingir a hospitalidade incondicional, utopia que nos movimenta e evita que caiamos no niilismo paralisante diante de situações de crises.

Mbembe (2017) afirma que, “nas antigas tradições africanas, o ponto de partida da interrogação sobre a existência humana não é a questão do ser, mas da relação da implicação mútua, ou seja, da descoberta e do reconhecimento de uma outra carne diferente da minha (p.52).

Mas como encerrar um processo que, de fato não se encerra com um ponto final no fim da frase? Como encerrar uma escrita sobre histórias que seguem?

Não há final, mas desejo de possibilidades de futuro e a constatação da hospitalidade incondicional como dispositivo para produzirmos relações mais éticas e ampliarmos nossa capacidade de comoção diante do outro.

Referências bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Novo perfil do refúgio no Brasil**, 2013. Disponível em:

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Novo_perfil_do_Refugio_no_Brasil_Abril_2013.pdf?view=1.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Pode entrar. São Paulo, 2015.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ASSIS, Machado de. **Obra Completa. vol. I**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BAPTISTA, Antonio Luís. **O veludo, o vidro e o plástico: desigualdade e diversidade na metrópole**. Niterói: Editora da UFF, 2009.

BAUDELAIRE, Charles. **As Litanias de Satã**. Disponível em:

<http://www.spectrumgothic.com.br/literatura/autores/ baudelaire/litanias.htm..>

BARROS, Regina Benevides; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa e intervenção. In: **Pistas do Método Cartográfico**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BELLOC, Márcio Mariath. **Homem sem história**: a narrativa como criação de cidadania. 2010. 206 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, 2010. Disponível em: <http://www.tdx.cat/handle/10803/32220>.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de Julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 Jul. 1997. Seção 1, p.15822.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de Abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Residências Terapêuticas: o que são, para que servem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **RESOLUÇÃO NORMATIVA CNlg nº 97/2012-DOU**: 13.01.2012 Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

BRUM, Eliane. **A delicadeza dos dias**. 2014. Disponível em:
<http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/13/opinion/1413206886_964834.html>.

BRUM, Eliane. **Meus desacontecimentos: a história da minha vida com palavras**. São Paulo: LeYa, 2014.

BRUM, Eliane. **O vírus letal da xenofobia**. 2014. Disponível em:
<http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/13/opinion/1413206886_964834.html>.
Acesso em 08 Jun. 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar-se a si mesmo: crítica à violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

DERRIDA, Jaques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. Tradução Piero Eyben. **Cerrados** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, v. 21, n. 33, p. 231- 251, 2012. Disponível em:
<<http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8242/6240>>.

FRANCO, Luciana. **Pensando a escrita no trabalho de pesquisa – Por uma política da narrativa**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia – Universidade Federal Fluminense, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GALEANO, Eduardo (1994). **As palavras andantes**. Rio de Janeiro: L&PM

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **A competência do estrangeiro**, 08/2010. Humanidades (Brasília) v. 57, p. 36-47, 2010.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde19/rbde19_04_jorge_larrosa_bondia.pdf>.

MARTINS, Lucienne; POCREAU, Jean-Bernard. **Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 29, n. 4, p. 577-585, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Jun. 2015.

MATURANA, Humberto, VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017.

MERHY, Emerson Elias. **A cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Amizades contemporâneas: inconclusas modulações de nós**. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGA, 2016.

MONTE, Marisa. Blanco. In: **Barulhinho Bom**. EMI Music Ltda, 1996.

NASCIMENTO JÚNIOR, Luiz Gonzaga. O que é? O que é? In: **O talento de Gonzaguinha**. EMI Music Ltda, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOAL, Débora. **O humano do desastre: a invenção da escrita como cuidado de si em contextos de desastres naturais e humanos**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Saúde – Universidade de Brasília, 2014. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15705/1/2014_DeboradaSilvaNoal.pdf.

ONOCKO-CAMPOS, R., GAMA, Carlos Alberto. **Saúde Mental e saúde coletiva**. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Org). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Cartagena, 22 de Novembro de 1984**. Disponível em:http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugueses/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1 Acesso em: 18 jun.2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, 28 de Julho de 1951**. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1 Acesso em: 11 jun.2015.

PALOMBINI, Analice Lima et al. **Acompanhamento terapêutico na rede pública: a clínica em movimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2ª edição, 2008.

PITA, Agni Castro. Direitos humanos e direitos internacionais dos refugiados. In: **Hospitalidade e refúgio**. Curitiba: Kairos Edições, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 9.716 de Agosto de 1992**. Dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações compulsórias, e dá outras providências.

ROSA, Miriam Debieux. **Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a Clínica do Traumático**. Revista de Cultura e Extensão, v. 7, p. 67-76, 2012.

ROSA, Miriam Debieux. **A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes refugiados e a prática psicanalítica clínico-política**. Revista. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental (Impresso), v. 12, p. 497-511, 2009.

RODRIGUES, Carla. **Duas palavras para o feminino: hospitalidade e responsabilidade: [sobre ética e política em Jacques Derrida]**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2013.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELOSO, Caetano. In: **Muito – Dentro da Estrela Azulada**. Universal Music Japan, 1978.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

